

## Mesa decide sobre novo processo na terça-feira

Representação do DEM e do PSDB contra Renan Calheiros, que, segundo a revista *Veja*, seria dono de rádios em Alagoas, deve ter decisão da Mesa nesta terça-feira. Ao defender-se, Renan acusou o Grupo Abril de cometer fraudes na venda da TVA.

PÁGINA 13

# Acordo pode viabilizar pregão eletrônico

Líderes partidários reúnem-se nesta semana com o ministro Paulo Bernardo para chegar a um entendimento sobre o uso do pregão eletrônico na contratação de obras de

engenharia. Acordo pode garantir a votação do relatório de Eduardo Suplicy sobre o projeto de lei que amplia o uso do pregão eletrônico, alterando a Lei de Licitações.

PÁGINA 7

## cidadania

### Pais devem participar mais da educação dos filhos

Segundo especialistas, um dos fatores responsáveis pelo baixo desempenho dos estudantes é a pouca participação dos pais na vida escolar dos filhos. Veja nesta edição como ajudar nos deveres escolares e se relacionar com a escola para que o estudante alcance melhores resultados.

PÁGINA 20

## e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

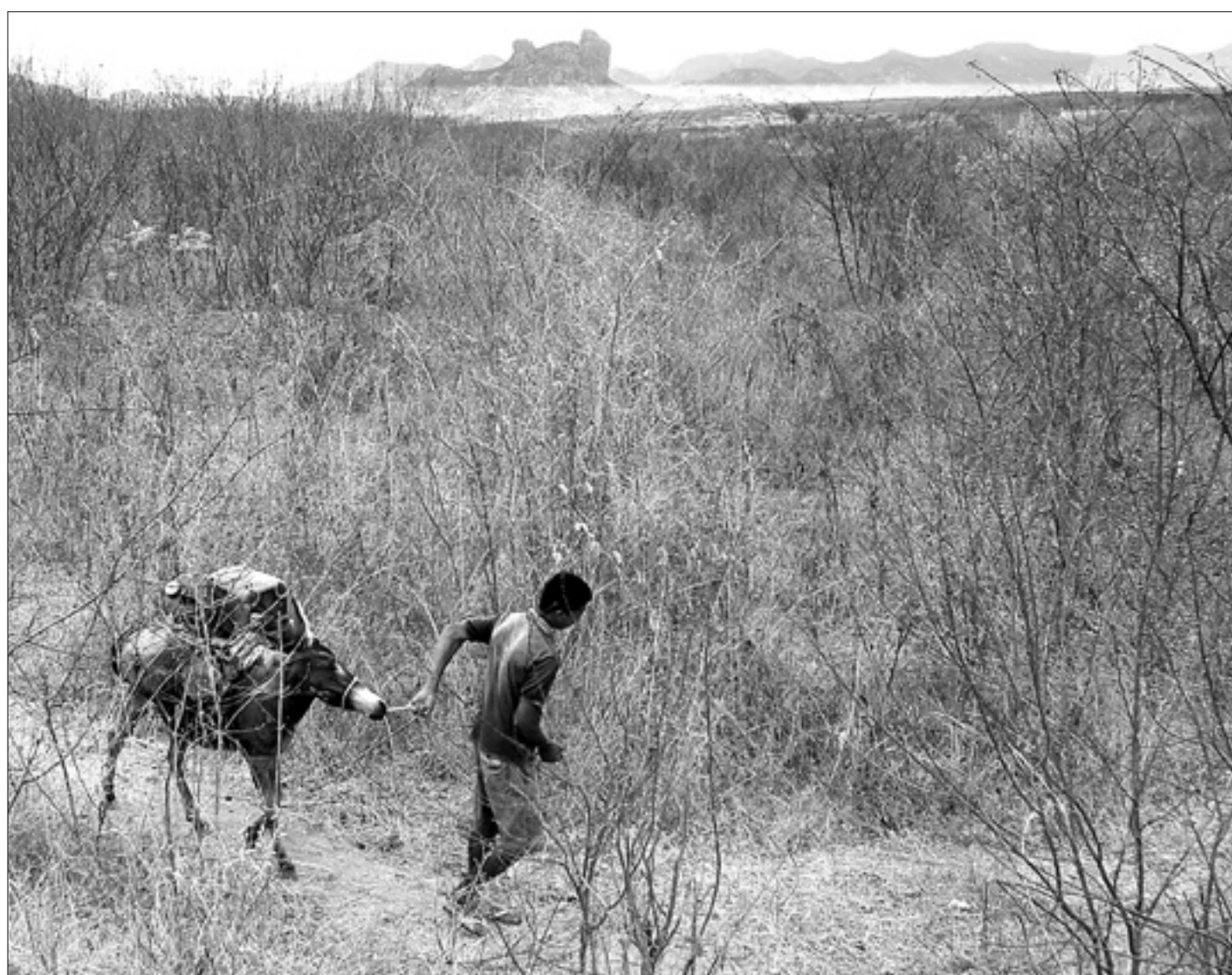
AGORA É LEI

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 17



JARBAS OLIVEIRA/FOLHA IMAGEM

O fenômeno da desertificação atinge extensa região no sertão do Nordeste, onde vários estados são ameaçados: aridez avança

## Semi-árido pode virar deserto em 2050

O perigo da desertificação não se restringe ao Nordeste. O problema ocorre, no Brasil, no oeste do Rio Grande do Sul. Segundo a ONU, 33% da Terra sofrem hoje com a desertificação e dois terços

das áreas cultiváveis do planeta experimentam degradação do solo e erosão. Um projeto de lei do senador Inácio Arruda prevê a criação de uma política nacional de combate à desertificação.

PÁGINAS 10 E 11

## Denise Abreu depõe na CPI do Apagão Aéreo

Acusada pelo ex-presidente da Infraero, José Carlos Pereira, de tentar favorecer empresário de Ribeirão Preto, a diretora da Anac Denise Abreu deve falar à CPI do Apagão Aéreo nesta quinta-feira. Pereira também será convocado.

PÁGINAS 8 E 9

## Aprovadas mudanças no Supersimples

Em vigor desde 1º de julho, o regime simplificado de tributação passa, com as alterações aprovadas pelo Senado na semana passada, a beneficiar mais 1,5 milhão de empresas.

PÁGINA 3



**PLENÁRIO** Acordo de líderes e mobilização de pequenos empresários garantem votação de mudanças na Lei Geral

# Novo Supersimples deve alcançar 1,5 milhão de empresas

O Projeto de Lei Complementar 43/07, que amplia os benefícios da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, foi aprovado com os votos de todos os 56 senadores presentes no Plenário, na terça-feira passada. O Senado também aprovou três emendas na redação do texto e rejeitou outras três que alteravam seu conteúdo. Assim, o projeto, que já foi aprovado na Câmara, segue para a sanção presidencial.

– Essa foi uma vitória muito importante, porque o projeto vai complementar a Lei Geral, que representa uma revolução na economia, com redução de carga tributária, chegando em alguns casos a 70%, e com incentivo à formalização das empresas – destacou o relator Adelmir Santana (DEM-DF), que foi à tribuna na sexta-feira para falar sobre a proposta.

O senador ressaltou que a mudança beneficiará cerca de 1,5 milhão de micro e pequenas empresas. Afirmou ainda que integrantes da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, da qual ele faz parte, entregaria o projeto de lei ao presidente Lula.

– O objetivo é contribuir para agilizar o processo de sanção – explicou.

Entre os ajustes na Lei Geral, o projeto inclui no Simples Nacional, também conhecido como Supersimples, micro e pequenas indústrias de cosméticos, sorvetes e fogos de artifício, que originalmente ficaram de fora do sistema.

O texto também ajusta o enquadramento de empresas que, no antigo Simples (chamado de Simples Federal), estavam na tabela de tributação nº 3 e, com a entrada do Supersimples em vigor em julho, acabaram ficando na tabela

5, mais onerosa. Nesse caso, as beneficiadas são cerca de 550 mil empresas como salões de beleza, hotéis e restaurantes.

Além disso, o projeto aprovado resgata a criação do Sistema Nacional de Garantias de Crédito, que estava no texto da Lei Geral (Lei Complementar 123/06), mas foi vetado pelo presidente Lula. A proposta também confirma a ampliação do dia 31 de julho para esta quarta-feira (15) do prazo limite para adesão ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (o Supersimples).

## Pressão nas galerias e acordo de líderes

A discussão do projeto foi acompanhada por lideranças empresariais. Nas galerias e na tribuna de honra, representantes de micro e pequenas empresas fizeram uma mobilização para sensibilizar os parlamentares. Só do setor de fogos de artifício estiveram presentes no Senado pelo menos 60 empresários.

Mas a votação só foi possível graças a um acordo de líderes para a desobstrução da pauta, trancada por duas medidas provisórias e três projetos de lei de conversão. O compromisso do governo de vetar dois dispositivos permitiu a aprovação da matéria. Um deles atende

aos secretários estaduais de Fazenda, que se opuseram à proibição da cobrança antecipada do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O outro veto impedirá que o setor de transporte de cargas ou de passageiros, intermunicipal ou interestadual, seja incluído no Supersimples, pelo menos por enquanto.

## Promessa de veto de Lula a duas medidas permitiu a aprovação

refrigeração, ventilação, aquecimento e tratamento de ar em ambientes controlados;

- ▶ Veículos de comunicação, de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e mídia externa;
- ▶ Transporte municipal de passageiros;
- ▶ Empresas montadoras de estandes para feiras;
- ▶ Escolas livres, de línguas estrangeiras, artes, cursos técnicos e gerenciais;
- ▶ Produção cultural e artística;
- ▶ Produção cinematográfica e de artes cênicas;
- ▶ Cumulativamente administração e locação de imóveis de terceiros;
- ▶ Academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;
- ▶ Academias de atividades físicas, desportivas, de natação e também escolas de esportes;
- ▶ Elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;
- ▶ Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;
- ▶ Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;
- ▶ Escritórios de serviços contábeis;
- ▶ Serviços de vigilância, limpeza ou conservação.
- ▶ Fabricantes de sorvetes, fogos de artifício e cosméticos.



Com 56 votos, Plenário aprova relatório de Adelmir Santana (no centro, sentado): redução de tributos para pequenas empresas pode chegar a 70%

## Impostos unificados

A Lei Complementar 123/06 instituiu o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte: o Simples Nacional, apelidado de Supersimples.

O Supersimples, que a partir de 1º de julho substituiu o Simples Federal (Lei 9.317/96), é um regime de arrecadação, facultativo para o contribuinte, que abrange os seguintes impostos e contribuições: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); contribuição para o PIS; contribuição para a Seguridade Social a cargo da pessoa jurídica; Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); e Imposto sobre Serviços (ISS).

Tais tributos e contribuições são calculados mediante as alíquotas das tabelas integrantes da Lei Complementar 123/06 e recolhidos em guia única. Além de unificar e simplificar o recolhimento dos tributos, o Simples Nacional prevê isenção para as exportações, permite o desconto dos tributos pagos antecipadamente por substituição tributária e do ISS retido na fonte e reduz as obrigações fiscais acessórias exigidas de microempresas e empresas de pequeno porte.

O Supersimples é uma parte do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, também conhecido como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Além da tributação simplificada, a lei traz benefícios como facilidade na obtenção de crédito, nas vendas para o governo e no processo de abrir e fechar empresas.

### Quem pode aderir

Praticamente todas as atividades de comércio e indústria podem aderir ao Supersimples, desde que alcancem uma receita bruta de até R\$ 2,4 milhões por ano. Com relação às empresas de serviços, as restrições são maiores. Veja quem pode se beneficiar:

- ▶ Serviços de reparos hidráulicos, elétricos, pintura e carpintaria em residências ou estabelecimentos civis ou empresariais, bem como manutenção e reparação de aparelhos eletrodomésticos;
- ▶ Construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada;
- ▶ Creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental;
- ▶ Agência terceirizada de correios;
- ▶ Agência de viagem e turismo;
- ▶ Centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;
- ▶ Agência lotérica;
- ▶ Serviços de manutenção e reparação de automóveis, caminhões, ônibus, outros veículos pesados, tratores, máquinas e equipamentos agrícolas;
- ▶ Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;
- ▶ Serviços de manutenção e reparação de motocicletas, motonetas e bicicletas;
- ▶ Serviços de instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática;
- ▶ Serviços de instalação e manutenção de aparelhos e sistemas de ar-condicionado,

### Quem não pode aderir

A empresa não poderá se beneficiar da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa se possuir qualquer uma das seguintes características:

- ▶ Tiver como sócio outra pessoa jurídica;
- ▶ For filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- ▶ Tiver sócio ou titular inscrito como empresário ou sócio de outra empresa que receba o tratamento jurídico diferenciado previsto no Estatuto Nacional;
- ▶ Se a receita bruta global ultrapassar o limite de R\$ 2,4 milhões;
- ▶ Tiver titular ou sócio com participação maior do que 10% do capital de outra empresa não beneficiada pelo Estatuto Nacional, se a receita bruta global ultrapassar o limite de R\$ 2,4 milhões;
- ▶ Tiver sócio ou titular como administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, se a receita bruta global ultrapassar o limite de R\$ 2,4 milhões;
- ▶ Estiver constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- ▶ Participar do capital de outra pessoa jurídica;
- ▶ Exercer atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de

corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

- ▶ For resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido nos 5 anos anteriores;
- ▶ Estiver constituída sob a forma de sociedade por ações.

Além dessas vedações, que impedem o usufruto de qualquer benefício da lei geral, há situações que impedem apenas o enquadramento no Supersimples. Veja algumas delas:

- ▶ Explorar atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, gerenciamento de ativos (asset management), compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);
- ▶ Prestar serviço de comunicação;
- ▶ Prestar serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros;
- ▶ Ser geradora, transmissora, distribuidora ou comercializadora de energia elétrica;
- ▶ Exercer atividade de importação ou fabricação de automóveis e motocicletas;
- ▶ Exercer atividade de importação de combustíveis;
- ▶ Realizar atividade de consultoria.

## PLENÁRIO



Com 37 votos favoráveis, 25 contrários e uma abstenção, o Plenário do Senado aprovou projeto de lei de conversão que confirma desmembramento do Ibama

# Aprovada a criação do Instituto Chico Mendes

Vai a sanção presidencial o projeto de lei de conversão (PLV 19/07) elaborado sobre a medida provisória que criou o Instituto Chico Mendes. O novo órgão assumirá parte das atribuições do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Durante mais de uma hora, na terça-feira, os senadores discutiram a matéria. O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu verificação de quórum quando o presidente Renan Calheiros anunciou que os preceitos de relevância, juridicidade e constitucionalidade haviam sido aprovados.

Com 37 votos favoráveis, 25 contrários e uma abstenção, foram acolhidos os aspectos legais, que em todas as votações de

medidas provisórias e projetos de conversão são votados preliminarmente, antes da apreciação do mérito da matéria. O senador Mão Santa (PMDB-PI) opinou que, ao contrário de relevante e urgente, o projeto traduzia a subserviência do Legislativo perante o Executivo.

Defensor da criação do Instituto Chico Mendes, Marcelo Crivella (PRB-RJ) observou que o Brasil não pode aceitar o veto ambiental para 25 hidrelétricas e para seu projeto de geração de energia nuclear. Na mesma linha, Sibá Machado (PT-AC) opinou que a nova estrutura ambiental criada pelo governo permitirá acelerar a análise das licenças ambientais sem irresponsabilidade.

Já o senador João Pedro (PT-

AM) disse que a greve promovida pelos servidores do Ibama, contra a criação do Instituto Chico Mendes, foi desnecessária porque, na sua avaliação, a alteração feita pelo governo permitirá uma melhor proteção ao meio ambiente.

Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou o fato de a matéria ter sido encaminhada para o Congresso via medida provisória. Ele levantou a hipótese de o alto número de MPs editadas pelo governo ter como objetivo trancar a pauta da Câmara e do Senado e impedir que os parlamentares votem matérias de sua autoria.

Já o senador José Sarney (PMDB-AP) confessou que, como criador do Ibama, não poderia votar a favor do desmembramento do instituto.

## Órgão cuidará de unidades de conservação

A Medida Provisória 336/07, que originou o Projeto de Lei de Conversão 19/07, criou o Instituto Chico Mendes para executar a política nacional de unidades de conservação da natureza e propor, implantar, gerir e fiscalizar as unidades de conservação instituídas pela União. O órgão ficou responsável pela execução das políticas de uso sustentável dos recursos naturais renováveis, apoio ao extrativismo e às populações de áreas de conservação sob a fiscalização da União.

A nova autarquia também ficou com a responsabilidade de executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade, com base nas diretrizes do Ministério do Meio Ambiente. Com a criação do instituto, o Ibama passou a concentrar sua atuação nas questões relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental.

## Senadores vão ao Pará por causa de demissões

Foi aprovado na terça-feira requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para a criação de uma comissão temporária externa para averiguar rescisão de contrato de funcionários de uma empresa agrícola no Pará.

A comissão deverá ser composta pelos senadores da bancada do Pará e pelo menos dois integrantes das comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Direitos Humanos (CDH), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Assuntos Sociais (CAS) e da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo.

O colegiado visitará a empresa Pagrisa, em Ulianópolis, no Pará, para analisar as condições da rescisão do contrato de trabalho de 1.108 empregados, resultante de fiscalização do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho.

– A demissão em massa dos empregados vem ocasionando manifestações discordantes do procedimento empregado pela fiscalização, especialmente de entidades civis, líderes locais e da população do município, apreensivos com as conseqüências da demissão – justificou Flexa Ribeiro.

## Estados e municípios receberão R\$ 975 mi

Os estados, o Distrito Federal e os municípios receberão do governo R\$ 975 milhões referentes à isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de produtos destinados à exportação em 2007. A liberação desses recursos foi aprovada pelo Plenário na terça-feira, por meio da Medida Provisória (MP) 368/07, e tem por objetivo, segundo o governo, fomentar as exportações no país. Já acolhida na Câmara, a MP segue agora para promulgação pelo presidente do Senado.

Os recursos serão liberados em nove parcelas de pouco mais de R\$ 109 milhões. A divisão do montante será proporcional aos coeficientes individuais de participação a que cada unidade federada tem direito, deduzidas as dívidas vencidas e não pagas contraídas com o governo federal.

De acordo com o governo, o repasse irá corrigir deficiências tributárias decorrentes do acúmulo do ICMS, um imposto estadual, pelos exportadores. Este é o segundo repasse de valores referente a arrecadação do ICMS em 2007. O primeiro, também de R\$ 975 milhões, foi realizado por meio da MP 355, de 23 de fevereiro último.

## Combate à febre aftosa no MS terá R\$ 25 milhões

O Senado acatou a Medida Provisória 370/07, que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 25 milhões para que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento dê continuidade à execução de ações de combate e erradicação da febre aftosa no Mato Grosso do Sul. A matéria vai agora à promulgação.

O relator-revisor, senador Augusto Botelho (PT-RR), deu

parecer favorável a sua aprovação e pela rejeição das três emendas apresentadas. Com a aprovação do Projeto de Lei de Conversão 18/07, também na terça-feira, a União poderá arcar integralmente com a indenização dos proprietários de animais abatidos por medida de combate à febre aftosa em propriedades localizadas a até 150 quilômetros da fronteira terrestre.

## Senadores autorizam empréstimos externos

Três projetos de resolução do Senado foram aprovados na terça-feira. Eles autorizam a contratação de créditos externos para financiamento de projetos e seguem para promulgação.

O PRS 19/07 autoriza o Brasil a contratar operação de crédito no Bird, de US\$ 50 milhões, para financiar do Programa Nacional de Desenvolvimento de Recursos Hídricos (Proágua 2), de ampliação da oferta de água para o semi-árido. O PRS 22/07 autori-

za a Bahia a contratar operação de crédito perante o Bird, de US\$ 100 milhões, para financiamento do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias (Premar). E o PRS 39/07 autoriza a cidade de Campo Grande (MS), a empréstimo perante o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), de US\$ 17 milhões, para o Programa de Recuperação das Áreas Degradadas do Córrego Imbirissu.

## Comissão aprova três acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou na semana passada o acordo entre Brasil, Índia e África do Sul (PDL 196/07) que estabelece uma força-tarefa sobre biocombustíveis.

O relator foi o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). Para ele, os três países tendem a tornar-se “potências mundiais no fornecimento

e distribuição de bioenergia nas próximas décadas”. Crivella também relatou acordo entre o Brasil e Angola (PDL 113/07) sobre auxílio jurídico mútuo em matéria penal. Foi aprovado ainda acordo (PDL 199/07) de transferência de condenados entre os países do Mercosul, relatado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

## Portos e aeroportos terão verba extra de R\$ 416 mi

Os senadores acolheram na última terça-feira projeto de lei de conversão (PLV 20/07) originário de medida provisória (MP 367/07) que destina R\$ 416 milhões em créditos extraordinários para os ministérios dos Transportes e da Defesa investirem nas malhas portuária e aeroviária.

Segundo o governo, no Ministério dos Transportes os recursos permitirão dar continuidade à implantação de empreendimentos voltados à revitalização,

ampliação e modernização da infra-estrutura portuária nacional, sob a responsabilidade das Companhias Docas do Espírito Santo, da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro.

No Ministério da Defesa, os recursos se destinam a investimentos em infra-estrutura aeroportuária, abrangendo obras de reforma, modernização e expansão nos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

## COMISSÕES

## Nomes de três ministros para o TST vão a Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou as indicações dos juizes do Trabalho Pedro Paulo Teixeira Manus, Fernando Eizo Ono e Guilherme Augusto Caputo Bastos para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) nas vagas reservadas a juizes de carreira. Os relatores foram Aloizio Mercadante (PT-SP), Osmar Dias (PDT-PR) e Serys Slhessarenko (PT-MT), respectivamente. A votação em Plenário ocorre na terça-feira.

Caputo Bastos, de Mato Grosso, também é formado em Economia e possui três especializações, uma delas na Universidade de León, Espanha. Ocupou cargos de presidente e vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 23ª Região de 1995 a 1999. Implantou as primeiras juntas de trabalho itinerantes em Mato Grosso.

Pedro Manus possui mestrado e doutorado em Direito do Trabalho. Professor da Pontifícia Universidade Católica de

São Paulo, é autor de 11 livros na área. Como juiz, chegou à vice-presidência do TRT de São Paulo. Ao longo de 35 anos de profissão, cooperou com ministros do TST.

Fernando Eizo Ono, do Paraná, foi juiz presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Londrina e de Cornélio Procopio. Foi ainda vice-presidente do TRT da 9ª Região, professor de Direito Público da Universidade Estadual de Londrina e coordenador do Colégio de Presidentes dos TRTs. Celeridade judiciária, simplificação de procedimentos e conciliação estão entre suas prioridades.

A CCJ aprovou ainda requerimentos para realização de audiências públicas sobre sistema de governo e reforma política, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), e sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, com o ministro da Justiça, Tarso Genro, por sugestão dos petistas Mercadante, Eduardo Suplicy (SP) e Ideli Salvatti (SC).

## Marco Maciel é o novo presidente da CCJ

O senador Marco Maciel (DEM-PE) foi eleito, por unanimidade, o novo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em substituição ao senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), falecido no último dia 20 de julho. A indicação de Maciel foi feita pela bancada do DEM.

Depois de eleito, Maciel apresentou suas prioridades:

– Avançar na discussão da consolidação legislativa, dar eficácia aos dispositivos constitucionais, muitos carentes de integração legislativa, e fazer uma análise conjunta de projetos que tratem do mesmo assunto.

Formado em Direito, Maciel é professor titular da Universidade Católica de Pernambuco. Foi deputado estadual e federal e presidente da Câmara dos Deputados de 1977 a 1979. Também foi governador de Pernambuco, ministro da Educação e chefe da Casa Civil. Foi vice-presidente da República nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Escritor, ocupa a cadeira 39 da Academia Brasileira de Letras.



**Maciel quer prioridade para consolidação da legislação e para leis complementares**

Antes da eleição, o vice-presidente da CCJ, senador Valter Pereira (PMDB-MS), pediu um minuto de silêncio em homenagem a Antonio Carlos.

O trabalho de ACM e a escolha de Maciel foram elogiados por senadores como Romero Jucá (PMDB-RR) e Aloizio Mercadante (PT-SP), para quem a melhor forma de homenagear ACM é concluir a votação do pacote antiviolência. Maciel disse que Antonio Carlos era dotado de vitalidade ímpar.

## Bloqueio de celular em presídio vai à Câmara

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) encaminhou à Câmara na semana passada o projeto que prevê a instalação de bloqueadores de sinais de telefones celulares em penitenciárias (PLS 137/06). A proposta, do então senador Rodolpho Tourinho, havia sido aprovada pela comissão em 4 de julho e, desde então, não foram oferecidas emendas ao substitutivo do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O texto estabelece o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações como fonte de custeio da medida, já que sua arrecadação é muito superior à do Fundo Penitenciário Nacional – R\$ 2,5 bilhões contra R\$ 224 milhões (dados de 2005).

Também foram acolhidos requerimentos de Marconi Perillo (PSDB-GO), presidente da comissão, para realização de audiências públicas sobre a matriz energética e sobre a crise aérea.

FOTOS: JOSÉ CRUZ



Comissão recebe esta semana o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, para falar sobre o setor

## Menos impostos para a atividade agrícola

Vendas e importações de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais de construção utilizados na produção rural poderão ficar isentos do pagamento da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), além da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A redução da carga tributária foi decidida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que aprovou parecer de João Durval (PDT-BA) a projeto (PLS 278/07) de Marisa Serrano (PSDB-MS) que agora será votado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão

terminativa.

Sibá Machado (PT-AC) anunciou que, na CAE, irá pedir para que seja indicado relator da matéria. Segundo ele, o governo já isenta de tributos vários produtos agrícolas, entre eles adubos e fertilizantes.

De acordo com Marisa Serrano, o aumento da carga tributária impõe dificuldades aos produtores rurais e a isenção poderá estimular investimentos. Ela disse que optou pela desoneração da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins por serem tributos não compartilhados com estados e municípios.

O relator, João Durval, disse que, transformado em lei, o projeto estimulará a agricultura brasileira, desonerando as cadeias

produtivas. Ele observou que a agropecuária é um dos setores da economia mais afetados pelo aumento da carga tributária.

A comissão aprovou requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) para debater em audiência pública a infra-estrutura, com destaque para as hidrovias. Também devem ser abordados problemas relacionados à energia e ao funcionamento de portos, aeroportos e rodovias.

Nesta quarta-feira, a CRA discute a recuperação da lavoura cacaueteira e os programas anunciados pelo governo para o setor. Solicitado por César Borges (DEM-BA), o debate deve contar com a presença do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes.

## Ampliadas deduções relativas a doação

Os fundos geridos pelos conselhos de Assistência Social devem ser incluídos entre os fundos de natureza social cujas doações, de pessoas físicas e jurídicas, podem ser deduzidas do Imposto de Renda (IR). Essa é a opinião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que aprovou relatório de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), favorável ao projeto com esse conteúdo (PLS 297/06), de Paulo Paim (PT-RS). A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa.

A lei já permite deduções do

IR, no valor máximo de 6% de pessoas físicas e 1% de pessoas jurídicas, por doações feitas aos fundos dos vários conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Idoso, da Pessoa Portadora de Deficiência, da Igualdade Racial e do Índio. O relator observou que o montante da renúncia fiscal não foi ampliado, uma vez que o projeto apenas prevê a possibilidade de doação.

Projeto de resolução de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que institui a Frente Parlamentar de Engenharia também foi aprovado pela CAS. A frente vai favorecer deba-

tes que promovam a engenharia como fator de desenvolvimento e de busca de soluções para crises. De acordo com o relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), deve ser criado um fórum de debates pela retomada do crescimento por meio da otimização das obras de infra-estrutura.

– Nossa engenharia tem obras audaciosas, como a hidrelétrica de Itaipu, os jatos da Embraer, a exploração de petróleo em águas profundas. Com planejamento adequado, haverá redução de custo e mais transparência nas obras públicas – disse.

## Comissão aprova Pagot para o Dnit

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou a indicação do economista Luiz Antônio Pagot para diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), com 17 votos favoráveis e 6 contrários. A indicação vai a Plenário.

A suspeição de que Pagot teria omitido informações sobre uma possível acumulação de cargos públicos foi rebatida. Ele admitiu que, entre 1995 e 2002, foi secretário parlamentar no gabinete do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT), ao mesmo tempo em que foi superintendente da Hermasa Navegação da Amazônia S/A.

Porém, no mês passado, a Advocacia Geral do Senado concluiu que não houve acumulação, já que a Hermasa não é empresa pública ou sociedade de economia mista. Porém, a legislação proíbe servidor público de administrar empresa privada. Pagot se defendeu:

– Nunca omiti informação. Para minha surpresa, o currículo que entreguei no Ministério dos Transportes é diferente do que chegou à CI. Faltam ao menos duas páginas – afirmou. Eliseu Resende (DEM-MG)

alertou para a necessidade de dotar as agências reguladoras de profissionais com curso superior e reputação ilibada.

Em resposta a Marconi Perillo (PSDB-GO), Pagot disse que as irregularidades verificadas no programa emergencial de recuperação de estradas seriam evitadas se houvesse planejamento em vez de obras emergenciais.

A reunião teve a presença do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi. Pagot foi secretário de Infra-Estrutura do estado.

**Indicado afirma que currículo chegou ao Senado faltando duas páginas**

## INTEGRAÇÃO Em dois dias de reunião, Parlamento do Mercosul define agenda e regras de funcionamento



O deputado uruguaio Roberto Conde (D), presidente do Parlamento, dirige sessão em Montevidéu

# Mercosul cria comissão contra febre aftosa

O Parlamento do Mercosul criou uma comissão especial para acompanhar os programas nacionais de cada país e os programas regionais de combate à febre aftosa. A comissão, que terá 60 dias para produzir um relatório, foi proposta pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e pelo deputado Claudio Diaz (PSDB-RS).

Para Mercadante e Diaz, o con-

trole sanitário é importante para garantir a participação dos produtos agropecuários da região do Mercosul no mercado internacional. A incidência de febre aftosa em países do Mercosul implicou enormes perdas financeiras, destacaram os parlamentares, e o recente foco da febre detectado na Inglaterra “pode implicar novas posturas nas negociações entre o Mercosul e a União Européia”.

A comissão especial terá três representantes de cada país. Pelo Brasil, foram indicados o senador Romeu Tuma (DEM-SP) e os deputados Max Rosenmann (PMDB-PR) e Claudio Diaz, que coordenará a representação brasileira.

Para outra comissão, a do Orçamento de 2008, foram designados, pela seção brasileira, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e o deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

## Na pauta, fundo ambiental e pequena empresa

Mercadante apresentou também proposta de recomendação ao Conselho do Mercado Comum pela definição de uma política ambiental para o enfrentamento do aquecimento global e seus efeitos na região. O senador quer que o Parlamento recomende ao conselho a criação de um Fundo Ambiental do Mercosul, com receitas oriundas da arrecadação de uma taxa de 1% sobre a Tarifa Externa Comum (TEC).

Em outra proposta, Mercadante pretende que os países membros adotem políticas visando a introdução de tecnologias de informação e comunicação em todas as

escolas públicas do bloco.

O deputado uruguaio Roberto Conde, presidente do Parlamento, informou a realização de seminário sobre integração energética, conforme pedido do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O apoio às pequenas e médias empresas também deverá ser tema de audiências públicas, concluíram os parlamentares e representantes da sociedade civil que integram o Fórum Consultivo Econômico-Social.

### Representantes serão eleitos nesta terça

Está prevista para esta terça-

feira a eleição do presidente e dos dois vice-presidentes da representação brasileira no Parlamento do Mercosul. O novo presidente será um senador, conforme informou Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que presidiu a comissão parlamentar nos últimos dois anos.

O deputado Júlio Redecker, que presidiu a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e integrava a atual representação brasileira como suplente, foi homenageado pelo Parlamento com um minuto de silêncio. Redecker morreu no acidente com um avião da TAM em Congonhas, em 17 de julho.

## Marta quer emendas no Orçamento para turismo

A ministra do Turismo, Marta Suplicy, pediu que os senadores apresentem novas emendas orçamentárias para o setor, a exemplo do que foi feito na gestão de Walfrido dos Mares Guia, seu antecessor no cargo. A audiência com a ministra ocorreu na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), por requerimento da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente do colegiado.

– O orçamento anual do ministério é de 399 milhões. Com as emendas apresentadas pelo Congresso ao Orçamento da União, conseguimos ter 1 bilhão e 800 mil. Com esses recursos, estamos realizando o Prodetur e a divulgação das potencialidades turísticas do país no exterior – afirmou a ministra.

Lúcia Vânia garantiu à ministra apoio da comissão e seu empenho pessoal perante a relatoria setorial da Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, do Orçamento da União de 2008, que ficará sob a responsabilidade do PSDB, para que as demandas do Ministério do Turismo sejam atendidas.

Marta também disse que a crise aérea e a desvalorização do dólar afetaram a atividade turística no país. Mas ressaltou que, por outro lado, não foram feitos cancelamentos de eventos executivos internacionais por causa dos problemas nos aeroportos. No Nordeste, foram registrados cancelamentos de eventos de lazer, mas, segundo a ministra, o país está buscando com trabalho superar as dificuldades.

– A Embratur está fazendo um trabalho de conscientização junto às operadoras internacionais, informando que Congonhas é um aeroporto doméstico e não afeta a recepção de turistas estrangeiros no país – declarou.

O senador Adelmir Santana (PFL-DF) mostrou à ministra a experiência, na área de turismo, da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e entidades coligadas, que já trabalham com hotelaria. A sugestão dele é que o ministério faça parcerias com essas instituições, além de criar linhas de crédito específicas. Marta respondeu que já orientou o ministério para se aproximar dessas instituições.



Marta (E), ao lado de Lúcia Vânia, reclama dos escassos recursos no Orçamento para sua pasta e pede apoio dos senadores

## Parlamento do Mercosul aprova Regimento Interno

Por unanimidade, na semana passada, o Parlamento do Mercosul aprovou seu Regimento Interno. Com 11 capítulos e 173 artigos, o texto proposto pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR), relator, garante a participação da sociedade civil nos debates e a transparência do Orçamento e das despesas da instituição.

O Parlamento é integrado por parlamentares eleitos (a partir de 2010, no caso do Brasil) por meio do sufrágio direto, universal e secreto dos cidadãos dos países-membros para um mandato de quatro anos, admitida a reeleição. Haverá dez comissões temáticas e os parlamentares poderão constituir-se em grupos políticos. O regimento recebeu o voto favorável de 13 parlamentares da delegação argentina, 18 da brasileira, 15 da paraguaia e 15 da uruguaia. Veja as principais regras aprovadas.

### Conheça as regras do Parlamento do Mercosul

- ▶ Cada período parlamentar compreenderá quatro subperíodos ordinários de sessões, o que corresponde à sessão legislativa do Congresso brasileiro. Cada subperíodo começará no dia 15 de fevereiro e terminará no dia 15 de dezembro de cada ano. O Parlamento se reunirá em sessão ordinária ao menos uma vez por mês.
- ▶ Cabe ao Parlamento emitir pareceres sobre projetos de normas enviadas pelo Conselho do Mercado Comum que necessitem de aprovação legislativa em um ou mais países-membros,

apresentar proposições normativas para análise do conselho e encaminhar aos parlamentos nacionais anteprojeto de normas destinadas à harmonização das legislações dos países-membros.

- ▶ O Parlamento pode aprovar declarações (manifestações sobre qualquer assunto de interesse público) e recomendações (indicações gerais dirigidas aos órgãos decisórios do Mercosul).
- ▶ Serão criadas dez comissões temáticas que tratarão de temas como assuntos institucionais, internacionais e inter-regionais, educação, saúde, políticas de emprego, seguridade social, direitos humanos, meio ambiente, habitação, segurança e infra-estrutura.
- ▶ As comissões poderão receber, examinar e encaminhar aos órgãos decisórios petições de qualquer pessoa física ou jurídica dos países-membros relacionadas a atos ou omissões dos órgãos do Mercosul, além de realizar reuniões públicas com organizações da sociedade civil, setores produtivos, organizações não-governamentais e movimentos sociais.
- ▶ Os parlamentares não poderão ser julgados, civil ou penalmente, no território dos países-membros do Mercosul em nenhum momento, pelas opiniões e votos emitidos no exercício de suas funções.
- ▶ Será adotado um Código de Ética que estabelecerá as infrações administrativas e éticas e as respectivas sanções. Os procedimentos de perda de mandato por atos de falta de decoro serão julgados pelo Plenário.

## Tarso Genro deve explicar viagem de atletas cubanos

O ministro da Justiça, Tarso Genro, deverá esclarecer, em audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o episódio da volta a Cuba de dois atletas que vieram ao Brasil para os Jogos Pan-Americanos. A iniciativa foi de Arthur Virgílio (PSDB-AM). Os pugilistas cubanos Erislandy Lara e Guillermo Rigondeaux foram presos em Araruama (RJ), para onde foram depois de abandonar sua delegação. Dias depois, foram enviados de volta a Havana pelo governo brasileiro – em operação cuja rapidez foi condenada pela oposição.

A CRE também aprovou requerimento de seu presidente, Heráclito Fortes (DEM-PI), para que o Ministério da Defesa envie informações sobre o vôo no qual viajaram os atletas cubanos.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) apoiou a investigação do episódio, que classificou de “nebuloso”. Eduardo Suplicy (PT-SP) recordou artigo de Fidel Castro, segundo o qual os cubanos estariam em uma “casa de visitas” e poderiam receber familiares. Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

disse que é preciso esclarecer se os dois foram deportados ou não. Por sua vez, Romeu Tuma (DEM-SP) comentou que os dois estariam se sentindo “apavorados”, devido a ameaças que teriam sido feitas a suas famílias. Marcelo Crivella (PRB-RJ) repudiou o que chamou de “regime de força” cubano.

### Heráclito recebe três embaixadores

O presidente da CRE recebeu a embaixadora da Palestina Maya-da Bamie e os embaixadores da China, Chen Duqing, e de Zâmbia, Albert M. Muchanga.

Mayada informou que o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, convidou o presidente Lula a participar da conferência de Paz Israel/Palestina, em novembro. Chen Duqing declarou que o fato novo mais importante das relações entre China e Brasil é a preparação do lançamento de um satélite. Já Muchanga afirmou que a abertura de embaixadas dos dois países intensificaram as relações bilaterais.

LICITAÇÕES Senador Eduardo Suplicy elabora relatório para compatibilizar as muitas mudanças no projeto original

# Pregão eletrônico próximo de acordo

Esta semana, líderes de partidos se reúnem com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, para chegar a um entendimento sobre as regras de utilização do pregão eletrônico para contratação de obras de engenharia.

Um acordo nessa parte – que se mostrou difícil em audiência pública na semana passada (veja reportagem nesta página) – viabilizaria a aprovação do relatório que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) deve apresentar nesta semana na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o projeto de lei da Câmara (PLC 32/07) que amplia o uso do pregão eletrônico, alterando a Lei de Licitações (Lei 8.666/93).

O texto original oferecido pelo governo não previa a utilização dessa modalidade de licitação para obras de engenharia, mas o substitutivo acolhido pela Câmara limitou a R\$ 340 mil o orçamento dos contratos sujeitos a obras licitadas por pregão. Já no Senado, o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), propôs elevar esse valor para R\$ 3,4 milhões.

Apresentado em janeiro, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o texto ampliava o uso do pregão para todas as aquisições de bens e serviços comuns. Além da CAE e da CCJ, a matéria passou pela Comissão de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática (CCT), onde foi relatado por Romeu Tuma (DEM-SP).

O governo encaminhou o projeto para ampliar o uso do pregão eletrônico por considerá-lo mais ágil, transparente e impessoal, dificultando o desvio de recursos públicos. A modalidade de licitação, adotada pelo governo federal em 2005 (Decreto 5.405/05), vem impedindo o conluio entre os participantes, por ser automatizado e com garantia de sigilo, pois o pregoeiro não conhece os participantes. Mas até agora não se aplica a obras de engenharia.

Para o gestor Rogério Santana dos Santos, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e um dos par-

ticipantes do debate promovido pela CAE, o pregão também reduz os custos de participação para a administração e para o concorrente, o que atrai mais participantes e leva à queda no valor das propostas. Segundo ele, essa queda de preços, de 30% no início, hoje está na ordem de 14%.

## Idéia de Suplicy é criar texto consensual

Pelo fato de já ter passado por diversas alterações na Câmara e no Senado, o relatório de Suplicy vai tentar harmonizar as emendas sugeridas na CCJ e na CCT, para que, quando retornar para nova análise pelos deputados, sua aprovação possa ser rápida e sem maiores polêmicas. A proposta

tramitou até junho em regime de urgência, mas continua prioritária para o Planalto, especialmente para dar andamento aos projetos que integram o PAC. Como forma de facilitar acordo entre construtoras e técnicos do governo, Suplicy pode sugerir a ampliação da pré-qualificação das empresas.

A proposta original do governo excluía a obrigatoriedade de veiculação de editais em jornais de grande circulação, em substituição à publicação na internet. Porém, diante da resistência no Congresso, a medida voltou ao texto. Para viabilizar a aprovação, Suplicy vai propor a redução do valor limite da licitação, a partir do qual o processo terá que ser publicado em jornal.



Debate na CAE e o senador Suplicy (D), relator: ministro Paulo Bernardo e líderes buscam consenso sobre inclusão de obras de engenharia nos pregões eletrônicos

## “Mudança pode atrasar obras do PAC”

Representantes da indústria de base e da construção civil manifestaram, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), restrições à inclusão pelo Congresso das obras de engenharia entre aquelas que podem ser contratadas por meio do pregão eletrônico. A medida, dizem os empresários, poderia inclusive trazer dificuldades para realização das obras do PAC.

Para o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), Paulo Safady Simão, a inversão das fases – em que as propostas de preço seriam analisadas antes da habilitação técnica, jurídica e fiscal dos participantes – pode trazer perdas de qualidade e segurança para os empreendimentos.

A inversão das fases nos pregões eletrônicos leva à agilização dos processos, já que somente o vencedor na fase de preços tem sua proposta técnica e demais itens analisados, parte mais demorada da licitação. De acordo com a proposta do governo, o licitante terá que declarar que tem condições de fornecer o

produto, serviço ou obra solicitado. Caso o vencedor não apresente as condições, poderá ser suspenso de licitações por até dois anos.

No entendimento dos representantes da indústria, a inversão vai criar constrangimentos para os gestores envolvidos na licitação.

– Duvido que, depois que se abram os preços, o gestor tenha coragem de desqualificar a proposta mais barata, ainda que não seja comprovada

adequadamente a competência e a idoneidade do participante – argumentou Luiz Fernando Santos Reis, presidente do Sindicato da Indústria da

Construção Pesada (Sinicon). Reis disse que é preciso buscar o melhor preço para a realização de obras e não necessariamente o menor preço. Para ele, o melhor preço é o que permite realizar a obra da melhor forma possível.

O presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, disse que o Brasil apresenta um dos piores índices de cumprimento de contrato de obras no mundo. Uma

das causas para o problema, afirmou, é a falta de recursos financeiros para sustentar a obra até o final.

Godoy defendeu a adoção de um modelo de contratação de obras públicas baseado no seguro-garantia, como em outros países. Segundo ele, esse mecanismo vai permitir a simplificação dos processos de licitação, com a dispensa de “parafernália de documentação e controles” hoje cobrados dos participantes.

Na audiência, os representantes privados também sugeriram que seja adotado o modelo de arbitragem para resolução de conflitos, em substituição às demandas prolongadas e de alto custo na Justiça. Foram feitas, ainda, cobranças no sentido de que os entes públicos cumpram o cronograma financeiro das obras. Os atrasos, como justificaram, explicam as obras inconclusas e a elevação dos custos nas retomadas dos trabalhos.

Também contrário à medida em discussão, o presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Marcos Túlio de Melo, argumentou que o sistema pode implicar riscos para a qualidade dos projetos e empreendimentos.

## Para TCU, benefícios vão justificar a medida

Ao contrário dos dirigentes da indústria da construção presentes ao debate, o representante do Tribunal de Contas da União (TCU), André Kresch, não acredita que o uso do pregão eletrônico para o setor de obras possa trazer riscos para a qualidade dos empreendimentos. Kresch sugeriu que a CAE mantenha a ampliação do uso do pregão para obras de engenharia de valor inferior a R\$ 3,4 milhões, como aprovado na CCJ.

– O que define a qualidade do projeto é sua especificação. Se essa for malfeita, a obra será malfeita, seja pela modalidade de concorrência, seja por pregão – afirmou Kresch, diretor da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio

da União (Secob), do Tribunal de Contas da União (TCU).

Ele apresentou dados para demonstrar que, em processos de licitação de obras públicas com a participação de até sete concorrentes, os preços tendem a ser maiores do que os valores orçados pela administração. Na faixa de oito a 15 concorrentes, os descontos permitem reduzir os valores em até 20% e economizar metade do tempo gasto nos processos.

De acordo com Kresch, na

hipótese de a proposta técnica do concorrente vencedor pelo menor preço não atender às especificações, o gestor não pode sentir constrangido em promover sua desqualificação, pois essa é sua obrigação legal. Se houver a desqualificação, disse, o gestor deverá examinar a segunda melhor proposta, e ainda outras, até chegar a uma satisfatória entre melhor preço e atendimento dos requisitos técnicos.

Para Kresch, um dos principais problemas nas licitações de obras são os projetos, que são malfeitos e abrem espaço para alterações contratuais, que, mais tarde, servem para aumentar os preços das obras.

Nessa linha, o presidente do Confea, Marco Túlio de Melo, condenou a falta de planejamento, projeto básico e projeto executivo para as obras, o que aumenta o custo das obras. Ele sugeriu o fortalecimento das estruturas de fiscalização do setor público, como o TCU, para garantir qualidade e confiabilidade na execução dos contratos.

– Quanto mais tempo gastamos na fase de planejamento do projeto, melhor é a execução da obra e menores são seus custos – afirmou.

**É preciso buscar o melhor preço, e não o menor preço, dizem construtoras**

**Segundo TCU, maior número de participantes reduz custos nas licitações**

**CRISE AÉREA** Denise Abreu foi acusada de tentar beneficiar amigo empresário. Comissão também investiga Infraero

# Diretora da Anac deve depor na CPI

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo deverá ouvir nesta quinta-feira explicações da diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu sobre a acusação de haver tentado favorecer empresário de Ribeirão Preto. A denúncia foi feita pelo ex-presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) brigadeiro José Carlos Pereira, no dia em que deixou o cargo, na semana passada.

Denise Abreu foi acusada de tentar interceder junto à agência a transferência do setor de cargas dos aeroportos de Congonhas e Viracopos para o terminal de Ribeirão Preto, o que beneficiaria o empresário Carlos Ernesto Campos, dono da empresa Terminais Aduaneiros do Brasil.

Além de Pereira, será também convocado o novo presidente da Infraero, Sérgio Gaudenzi.

Nesta quarta-feira, às 11h, a comissão toma depoimentos de empresários da área de *marketing* para apurar irregularidades denunciadas à CPI por representantes do Ministério Público Federal, da Controladoria Geral da União e da Polícia Federal em licitação promovida pela Infraero. Nos depoimentos foi apontada a existência de indícios de superfaturamento em contrato publicitário, no valor de R\$ 26,8 milhões, firmado entre a Infraero e uma empresa de comunicação, a FS3 Comunicação.

Nesta terça, também às 11h, a comissão ouve os procuradores da República Danilo Pinheiro Dias e Juliana de Azevedo Moraes, responsáveis pela condução de processos de apuração de irregularidades na Infraero.

Na semana passada, os depoimentos prestados por procuradores da República já haviam levado o relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), a afirmar que “há crime organizado” na Infraero. Os depoentes apontaram indícios de irregularidades em obras da Infraero nos seis estados em que atuam.

– Licitações dirigidas, projetos lacunosos, projeto executivo modificado, obras feitas com preços que se quisesse. Ninguém tinha controle – assinalou o relator.

Ele destacou que o prejuízo ao erário só não foi maior graças ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Ministério Público. Demostenes ressaltou ainda que as irregularidades foram sendo notadas isoladamente e que só com o tempo verificou-se que os problemas ocorriam em todo o país. Segundo ele, eram sempre as mesmas sete ou oito empreiteiras que venciam as licitações – sendo que no país há mais de 3 mil empresas de engenharia.

Demostenes informou que a CPI vai sugerir modificações na lei de licitações (Lei 8.666/93) e pedirá a aprovação da lei de combate ao crime organizado. O senador disse que os procuradores apontaram problemas a partir de 2001 e que, portanto, não se trata de uma questão de governo.



Demostenes e Renato Casagrande, em primeiro plano, com os procuradores: todas as obras vencidas por um grupo de oito empresas

JOSE CRUZ

## Procuradores vêem irregularidades em seis estados

Sete procuradores da República de seis estados afirmaram, na CPI do Apagão Aéreo, ter identificado os indícios de irregularidades em obras realizadas pela Infraero em aeroportos brasileiros. Na maioria dos casos, relataram, foram encontrados

→ O procurador da República no estado do Rio de Janeiro, Vinícius Panetto do Nascimento, investigou as obras no Aeroporto Santos Dumont, na capital do estado. Entre as irregularidades estão o “não-fracionamento de objetos da obra”, licitada de forma global, e a modalidade escolhida, a de técnica e preço. Nascimento contou que a Infraero argumentou que a licitação foi feita de forma global por questões de segurança e que as questões técnicas foram privilegiadas porque obras em aeroportos demandariam conhecimentos específicos. Segundo ele, a obra poderia até ser embargada, mas, como já estava quase no fim, a medida se mostraria ineficaz. Nascimento disse que foi dada prioridade a modificações estéticas, já concluídas, enquanto as obras de segurança ainda estão em andamento. O próximo passo da investigação, informou, será pedir uma perícia da Polícia Federal para saber quanto teria custado a mesma obra à Infraero se tivesse sido feita seguindo os padrões indicados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

→ O procurador da República no Espírito Santo, Carlos Fernando

Mazzoco, informou que houve denúncias de irregularidades na pista que está sendo construída no aeroporto de Vitória, orçada em R\$ 300 milhões. A pista ficaria muito próxima a um monte, o que diminuiria sua segurança, especialmente em decolagens em condições adversas. Ainda assim, foi construída. Além disso, a pista é muito curta para permitir uso internacional do aeroporto, conforme prometido pela Infraero (tem 2.500 metros, quando seriam necessários pelo menos 3 mil).

→ O procurador da República no Amapá, Rodrigo Luiz Bernardo Santos, investigou irregularidades em obras de construção de um novo terminal de passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá. Segundo ele, houve denúncias contra a obra e o TCU passou a monitorar a sua execução. Foram encontradas várias irregularidades graves, como problemas no edital que favoreceriam “o conluio entre empresas” e a adoção de critério “técnica e preço” para a escolha dos vencedores. Além disso, a obra só começou em junho de 2005, mas os pagamentos começaram a ser feitos antes, em janeiro. A concorrência, de R\$ 112 milhões, foi vencida por um consórcio de

empresas do qual participou a Gautama, denunciada na Operação Navalha da Polícia Federal.

→ O procurador da República em Pernambuco, Marcelo Mesquita Monte, afirmou que não foram encontradas irregularidades graves nas obras realizadas no Aeroporto de Guararapes e que, por essa razão, o TCU optou pelo arquivamento do processo. No entanto, relatou que estão sendo investigados indícios de irregularidades na compra de obras de arte para o aeroporto. Foram compradas obras de arte no total de R\$ 1 milhão, há denúncias de que haveria sobrepreço e de que as peças teriam sido compradas da empresa da mulher do então presidente da Infraero, o ex-senador Carlos Wilson.

→ Marcellus Barbosa Lima, procurador em Mato Grosso, revelou que a construtora Triunfo foi contratada pela Infraero para fazer obras no terminal de passageiros de Cuiabá, em contrato no valor de R\$ 16 milhões, não concluiu o serviço, desistiu da obra e a repassou para outra empresa, a Geosolo. Apesar da desistência, a Infraero não aplicou penalidade à construtora, devolveu a garantia e ainda pagou R\$ 750 mil por serviços

supostamente prestados.

→ Procurador em Campinas (SP), Paulo Roberto Galvão de Carvalho relatou irregularidades na construção de um edifício no Aeroporto de Viracopos. A licitação foi vencida por uma empresa que apresentou preços abaixo dos de mercado. Depois de vencida a licitação, o projeto executivo foi modificado e a obra passou de um valor de R\$ 17 milhões para R\$ 21 milhões, ficando assim com preços acima do usual. O trabalho teve início em 2001, mas terminou em 2005, depois de passar por sete aditivos. Os itens alterados no projeto foram de “acabamento estético”.

→ O procurador da República em Guarulhos (SP), Matheus Baraldi Magnani, contou que investiga irregularidades no maior aeroporto da América Latina, o de Cumbica. Sobre o controle de tráfego aéreo, o procurador afirmou que o sistema é bom, mas está em processo de obsolescência. As informações sobre o sistema, no entanto, segundo o procurador, são “blindadas” pela Aeronáutica e não é possível saber quais exatamente são os problemas que existem no local.

## Laudos do TCU precisam de melhor preparação, diz Telho

Em depoimento à CPI do Apagão Aéreo, o procurador da República Hélio Telho Correa Filho criticou

os laudos de avaliação de preços de materiais usados em obras públicas realizados pelo Tribunal

de Contas da União (TCU). Segundo ele, empreiteiras acusadas de superfaturar licitações conseguem anular facilmente na Justiça os relatórios do TCU devido ao fato de as perícias se basearem em critérios de preços praticados, por exemplo, em obras de construção de moradias.

– As empreiteiras conseguem desmontar grande parte do resultado dessas perícias alegando que fazer aeroporto não é a mesma coisa que construir uma casa. Então, talvez uma perícia feita por uma equipe com peritos da Polícia Federal, engenheiros do

Exército e outros órgãos públicos capacitados pudesse ajudar os peritos do TCU e produzir um laudo mais reforçado – afirmou.

Telho sugeriu, para a melhoria dos procedimentos investigativos do Ministério Público, a agilização do rastreamento bancário dos recursos liberados pela administração pública a empreiteiras. Atualmente, o Banco Central pode levar até quatro anos para rastrear os caminhos percorridos pelos recursos orçamentários.

Ele também criticou o modelo atual de licitações, que não exige projetos detalhados.



Procurador Hélio Telho (E): demora no Banco Central em rastrear caminho dos recursos também prejudica as investigações

JANE ARANHA



**CRISE AÉREA** Investimentos anunciados pelo governo são de R\$ 3 bilhões, mas volume necessário é de 20 bilhões

# Capital privado pode ajudar na recuperação

Senadores da oposição e do governo e o ministro da Defesa, Nelson Jobim, sugeriram a entrada de capital privado no setor aéreo nacional durante reunião da CPI do Apagão Aéreo na semana passada. O senador Tião Viana (PT-AC), presidente da CPI, disse que o governo anuncia investimentos de R\$ 3 bilhões no setor, quando as necessidades da área são de pelo menos R\$ 10 bilhões.

– Por que não somos agressivos na chamada do setor privado para participar? – questionou Viana.

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou que existe a idéia de “abrir o capital da Infraero” e que trabalhará com essa possibilidade. Para o ministro, é preciso pragmatismo em relação ao problema.

– Pode o capital público sozinho resolver o problema? Não. Tem que entrar capital privado. Pode-se pensar na concessões de aeroportos – sugeriu.

José Agripino (DEM-RN), por sua vez, acredita que seriam necessários investimentos de R\$ 20 bilhões para colocar em ordem o setor aéreo nacional. Na opinião do senador, um dos pontos-chaves para a solução dos problemas do controle aéreo é a privatização de aeroportos.

– Temos que quebrar tabus e entrar no capital privado – defendeu.

## Privatização de aeroportos pode ser uma das medidas adotadas

Agripino propôs ainda a desmilitarização do controle de voo. Para o senador, o maior problema com os controladores de voo é que “faltava comando”, situação que deve mudar com a chegada de Nelson Jobim, na opinião de Agripino.

– Os controladores estão quietinhos. Mas o problema que havia continua existindo. Serenou, mas podem voltar – disse Agripino.

O relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), sugeriu a entrada de capital privado tanto na administração de

aerportos quanto na construção de outros. Ele também indagou sobre a possibilidade da entrada de capital externo nas empresas de aviação como forma de “acabar com o duopólio” existente atualmente no setor.

Respondendo a questionamentos dos senadores, o ministro Nelson Jobim destacou que é preciso otimizar o processo de fiscalização da manutenção de aeronaves “com urgência” e que o grande problema com a questão salarial dos controladores aéreos é que eles são membros das Forças Armadas e têm remuneração específica.

– Se mexer com a remuneração deles tem que mexer com a dos outros. Temos que discutir que modelo de Forças Armadas nos interessa. Nosso território é enorme e temos limitações orçamentárias. A discussão tem que ser transparente e não ideologizada, em busca de resultados – disse Jobim.

O senador João Pedro (PT-AM) reclamou do descaso com os passageiros por parte das empresas.

## Congonhas terá redução de movimento

O ministro Nelson Jobim reafirmou, na CPI, que o aeroporto de Congonhas, em São Paulo, deixará de ser um ponto de distribuição de vôos (*hub*, no jargão no setor aéreo) e que haverá uma redistribuição dos vôos na malha aérea nacional. Segundo Jobim, serão tirados 151 vôos de Congonhas, que deixará de ter escalas e conexões e não receberá mais vôos *charter* ou fretados. O aeroporto que fica no centro da capital paulista passará a fazer apenas vôos ponto a ponto.

O ministro já determinou que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) faça a readequação da malha aérea. De acordo com Nelson Jobim, Congonhas tinha se transformado no maior ponto de distribuição de vôos do Brasil e da América Latina. Para o ministro, Congonhas estava operando acima de sua capacidade máxima: o aeroporto tem capacidade para atender 12 milhões de passageiros por ano e estava lidando com 18 milhões.

Agora, os vôos de e para Congonhas deverão lidar com passageiros principalmente de Belo Horizonte, Brasília, Vitória e Curitiba, além dos do interior de São Paulo. Vôos de carga ou jatinhos serão desviados para o aeroporto de Jundiaí. O ministro disse que há vários aeroportos no Brasil com capacidade ociosa, como os internacionais do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Curitiba.

Jobim anunciou a criação de novos centros de distribuição de

vôos: Brasília distribuirá vôos para o Norte e Centro-Oeste; Belo Horizonte para o Nordeste; Rio de Janeiro para o Nordeste, Estados Unidos e países da América do Sul e o aeroporto de Curitiba será *hub* para o Sul do país.

– O Brasil é muito maior que São Paulo. Vamos desconcentrar os vôos – assinalou.

O ministro defendeu a implantação de um trem expresso para o aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, de uma via expressa para o aeroporto de Viracopos, em Campinas, e pediu a reativação da ligação de trem entre Rio de Janeiro e São Paulo.

Jobim informou ainda que as obras de recuperação da pista principal do Aeroporto de Cumbica começarão em setembro, mas de forma segmentada. Apenas em janeiro a pista será

totalmente fechada, quando diversos vôos serão transferidos para Viracopos, em Campinas, que será preparado para o aumento de fluxo.

Nelson Jobim quer também a reativação dos vôos regionais. Os aviões menores, disse, desapareceram do mercado brasileiro.

– O Brasil é um país que não compra aviões da Embraer, porque eles não têm onde voar. Temos que dar espaço para as empresas regionais, inclusive com estímulos do BNDES – sugeriu Jobim.

Entre outras medidas de curto prazo anunciadas por Nelson Jobim, estão a realização de estudos para a construção de um novo aeroporto em São Paulo; um projeto de Política Nacional de Aviação Civil; a revisão das tarifas aeroportuárias e a busca, junto ao Poder Judiciário, da liberação nos aeroportos dos espaços de empresas aéreas falidas (Vasp e Transbrasil).



Filas nos aeroportos brasileiros: ministro da Defesa disse que o governo trabalha com a idéia de “abrir o capital da Infraero”

## Jobim promete agir com autoridade no sistema

Na mesma reunião da CPI do Apagão Aéreo, o ministro Nelson Jobim anunciou que vai rever o desenho institucional do sistema aéreo nacional como um todo, a fim de evitar “sobreposição de competências”. Isso inclui as atribuições do Comando da Aeronáutica e do Ministério da Defesa e de órgãos como o Conselho Nacional de Aviação (Conac), Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

– A intenção é resolver o desenho institucional. Resolver a curto prazo, rever paradigmas. Vou agir no sistema com autoridade – disse.

Jobim garantiu que dará prioridade absoluta à segurança no sistema de aviação nacional e destacou “três regras fundamentais na aviação”: segurança, regularidade e pontualidade. Lembrou que “a segurança não pode ser sacrificada em nome das outras duas”.

Em relação às obrigações do governo com a segurança do sistema aéreo, o ministro apontou a instalação e manutenção do sistema de infraestrutura e o controle de tráfego aéreo. Já em relação às empresas de aviação, a questão de segurança concentra-se principalmente na manutenção das aeronaves.

A regularidade, explicou Jobim, é a garantia de que haverá vôos conforme o prometido e a

pontualidade é uma obrigação das empresas aéreas. Para o ministro, falhas na pontualidade devem ser punidas com multas e, em caso de excessos, até com o cancelamento da autorização de funcionamento da empresa de aviação.

O ministro reafirmou várias vezes seu compromisso com a solução de problemas e não com a discussão de teorias. Citando o líder chinês Deng Xiaoping, disse que “não importa a cor do gato. O que importa é que coma o rato”, querendo dizer que o que vale é conseguir resultados.

## Até encosto da poltrona foi reduzido

Nelson Jobim elencou uma série de medidas que o Ministério da Defesa determinou ao Conselho de Aviação Civil (Conac) para que sejam implementadas no sistema aéreo nacional, entre elas a determinação que as empresas aéreas aumentem o espaço para os passageiros dentro das aeronaves.

Segundo Jobim, em 2003 foram feitos no Brasil 221 mil pousos e decolagens. Em 2006 esse número passou para 231 mil. Como o aumento da demanda de passageiros foi maior que o crescimento do número de vôos, isso significa, segundo o ministro, que as empresas passaram a comprimir mais passageiros em um mesmo avião.

– Diminuíram o chamado espaço vital entre as poltronas. Reduziram até a espessura dos encostos dos assentos. Já determinei à Anac a recomposição do espaço vital, de forma que seja respeitado o interesse do usuário e não o das empresas.



Tião Viana (E) e Nelson Jobim: ministro anunciou que Congonhas, operando acima da capacidade, deixará de ser ponto de distribuição de vôos no país

MEIO AMBIENTE Política Nacional de Combate à Desertificação é tema de projeto em tramitação no Senado

# Semi-árido pode virar deserto

Em 2050, o semi-árido nordestino não mais existirá. Será simplesmente árido. O alerta, com base nas conclusões do 3º Relatório do Painel Intergovernamental de Mudança do Clima de 2007 (IPCC), da Organização das Nações Unidas (ONU), foi feito na semana passada ao **Jornal do Senado** pelo responsável, no governo brasileiro, por implementar as medidas capazes de frear o acelerado processo de desertificação naquela região nordestina.

Coordenador técnico do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil), do Ministério do Meio Ambiente, José Roberto Lima também fundamenta sua advertência em estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Fotos feitas por satélites e outras análises levam à previsão de que, em pouco mais de quatro décadas, o semi-árido pode se expandir em até 20%. O que significa, por exemplo, que mais de 80% do território baiano poderá virar um semideserto.

Na verdade, o drama não se limita ao Nordeste, pois 33% da Terra sofrem hoje com a desertificação. Dados do Inpe mostram que, até 2050, a desertificação e a salinização afetarão 50% das terras cultiváveis da América Latina e do Caribe. O processo torna improdutivos cerca de 60 mil km² de terras férteis mundiais por ano. As perdas econômicas anuais chegam a US\$ 4 bilhões, com um custo de recuperação de US\$ 10 bilhões por ano.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, as áreas suscetíveis à desertificação no Brasil somam 1.130.790,53 km² e estão localizadas no Nordeste, nas regiões climáticas semi-áridas (62,8%) e subúmidas secas (37,2%). Abrangem terras de 1.201 municípios do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais.

Os estudos revelam ainda que no entorno dessas áreas há espaços afetados por degradação ambiental, semelhante, em tudo, à observada nas áreas com índice de aridez situado entre os limites de 0,21 e 0,65 (veja quadro). Secas em municípios dessas áreas são evidência da expansão desse processo.

**Um dos estados mais atingidos, Bahia pode ter 80% das terras no semi-árido**

Ainda que o cenário pareça aterrador, há esperança de solução.

O semi-árido brasileiro, onde moram 32 milhões de pessoas, pode perfeitamente ser recuperado, pois, das regiões semi-áridas da Terra, trata-se do semi-árido com maior incidência de chuvas – explica José Roberto Lima.

Para frear o processo que ameaça transformar em deserto o semi-árido, Lima calcula que serão necessários R\$ 2 bilhões por ano, até 2020. O programa de combate à desertificação do governo, porém, conta com apenas R\$ 12 milhões no Orçamento de 2007, mesmo assim graças a emendas da bancada nordestina no Congresso. Na proposta original, havia apenas R\$ 1 milhão, suficiente para as despesas administrativas, e nada mais.

O combate à pobreza e às desigualdades são os elementos norteadores dessa mudança, aliados à recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais. Precisamos criar uma agenda positiva, estimular mudanças no modelo de desenvolvimento nessas áreas, porque a situação é grave e o prognóstico é preocupante – acrescenta.

Mobilizar a sociedade e coordenar os esforços de todos os governos contra o fenômeno são estratégias essenciais, diz o representante do PAN-Brasil. Por isso, ele defende a aprovação de projeto de lei do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) que prevê a criação de uma política nacional de combate à desertificação.

É possível controlar o processo, mas é preciso um esforço institucional e mais recursos. Além de mais verbas orçamentárias, já iniciamos a captação de recursos externos junto a entidades da ONU, ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e governos como o da Alemanha – informa Lima.



Família busca água para consumo no Nordeste: semi-árido, com 32 milhões de pessoas, é o mais afetado pelos riscos de desertificação

## Índice de aridez define as áreas de risco

As terras secas (regiões áridas, semi-áridas e subúmidas secas) são mais de 37% das terras do planeta, abrigando 1 bilhão de pessoas. Na maior parte, os indicadores sociais apresentam baixos níveis de renda, de padrão tecnológico, de escolaridade e até de ingestão de proteínas.

As áreas suscetíveis à desertificação, de acordo com a ONU, são definidas por meio do índice de aridez, utilizado para a elaboração do Atlas Mundial da Desertificação, que serve como parâmetro em todo o mundo.

Classe climática	Índice de aridez (*)
Hiperárido	< 0,03
Árido	0,03 - 0,20
Semi-árido	0,21 - 0,50
Subúmido seco	0,51 - 0,65
Subúmido úmido	> 0,65

(\*) Definido como a razão entre a precipitação e a evapotranspiração potencial

## Inácio Arruda defende política nacional

Há dez anos, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) aprovou a Resolução 238, com diretrizes para a implementação de uma política nacional de controle da desertificação. Desde então, porém, ainda que outras iniciativas do governo tenham sido tomadas, a política jamais foi delineada. O objetivo do PLS 70/07, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), é preencher essa lacuna, repetindo iniciativa que tomou quando deputado.

A matéria pode ser votada nesta terça-feira na Comissão de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O relator, Marconi Perillo (PSDB-GO), é favorável ao texto, que também conta com o apoio do governo federal, por meio da Coordenadoria Técnica do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil).

Inácio Arruda considera que as políticas públicas para as áreas agrícola, ambiental, macroeconômica e de expansão urbana, entre outras – até hoje ineficientes –, precisam considerar que a seca é

um fator climático nas regiões sob risco de desertificação.

Arruda entende que a política deve apoiar o desenvolvimento sustentável nas áreas afetadas, combater a pobreza e as desigualdades sociais, estimular o uso sustentável dos recursos naturais e conservar o meio ambiente. Na política, seriam importantes a participação das comunidades locais (inclusive na democratização do acesso à terra e à água), a cooperação entre órgãos governamentais e não-governamentais, bem como a integração entre ações

locais, regionais e nacionais.

A desertificação e a degradação da terra em áreas áridas, semi-áridas e subúmidas estão relacionadas com a exploração inadequada e com a pobreza. A fome e a migração alcançam dois terços da terra cultivável do mundo, onde residem [justamente] os mais pobres – afirma o senador.

Arruda lembrou que o economista cearense Antônio Rocha Magalhães disputa, em setembro, em Madri, o cargo de diretor da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação.

## Maciel alerta para falta de recursos para deter desertos

O senador Marco Maciel (DEM-PE) alertou para a falta de recursos para o Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, o PAN-Brasil. Para ele, é impossível, com apenas R\$ 1 milhão para custeio e R\$ 3 milhões para execução, entre 2005 e 2006, enfrentar o desafio gigantesco de frear o fenômeno que ameaça grande parte do Nordeste.

A questão afeta cerca de 1.340.000 km², mais ou menos 15% do território nacional, onde moram 32 milhões de pessoas, 18% a 20% da população do país. Sem medidas urgentes, em 40 ou 60 anos, aqueles solos terão percorrido as etapas de degradação, transformando-os de semi-áridos a áridos desérticos, hostis à vida.

A desertificação tem contribuído ainda para aprofundar as desigualdades regionais.

O PIB per capita do Nordeste é metade do valor médio nacional e o do semi-árido está em torno de um quarto – informou.

## Sem verbas, planos enfrentam desarticulação

Um dos signatários da Convenção Internacional de Combate à Desertificação e à Seca, promovida pela ONU, em 1994, o Brasil iniciou, no ano seguinte, os preparativos para elaborar o Plano Nacional de Combate à Desertificação, antecessor do PAN-Brasil. Porém, além da crônica falta de recursos para iniciativas do gênero, o país sofreu com a desarticulação entre as iniciativas de ataque ao fenômeno, que surgiram nos governos federal,

estadual e municipal, além de organismos internacionais e entidades da sociedade civil.

O Plano Nacional de Combate à Desertificação foi lançado graças à cooperação técnica entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o governo brasileiro, na década passada. À Fundação Grupo Esquel Brasil, em Brasília, coube a implementação do plano, que contou ainda com o apoio técnico e financeiro da Organização das

Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Seu sucessor, o PAN-Brasil, hoje em vigor, abrange 1.482 municípios, com uma população estimada em 32 milhões de habitantes em 15,7% do território nacional. Recebe o suporte técnico do Instituto Americano para a Cooperação na Agricultura (Iica), como parte de um convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que destinou US\$ 1 milhão para o programa.

O coordenador do Iica, Gertjan Beekman, registra como uma das experiências mais positivas do PAN-Brasil o trabalho desenvolvido em Gilbués (PI), que está na área mais crítica de desertificação no país. A estratégia é ensinar os moradores a valorizarem a economia local e adotarem posturas que contribuam para preservar e recuperar o ambiente. Um exemplo é a tecnologia oferecida às comunidades locais para o curtume a seco de couros de caprinos.

MEIO AMBIENTE Convenção da ONU busca deter degradação, processo 16 vezes mais rápido que o de recuperação

# 66% das terras do planeta ameaçadas

A Convenção da ONU de Combate à Desertificação, de 1994, define a desertificação em termos catastróficos. Segundo a entidade, 33% da superfície terrestre do globo (51.720.000 km<sup>2</sup>, ou seis vezes a área do Brasil) estariam sujeitos ao fenômeno. De modo mais amplo, quase dois terços dos 5,2 bilhões de hectares de terras cultiváveis sofrem os efeitos da erosão e da degradação do solo.

“O processo de formação da cobertura do solo é lento, mas pode ser destruída rapidamente. Estima-se que 24 bilhões de toneladas de solo são levados pelo vento ou pelas águas a cada ano, o que significa dizer que a destruição é pelo menos 16 vezes mais rápida que a recuperação natural”, diz o relatório de preparação para a 8ª Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, no próximo mês, em Madri.

Não é só a ONU que tem alertado para a desertificação. Um relatório elaborado pelo Centro Hadley para o Prognóstico e as Pesquisas sobre o Clima, do Reino Unido, previu, em 2006, que um terço do mundo será deserto em 2100. Outro estudo, elaborado pelo Centro Internacional para o Estudo das Terras Áridas e Semi-Áridas, na Universidade do

Texas, estimou em 69% o total de áreas já degradadas (seja o solo, seja a vegetação, ou ambos) nas terras áridas no mundo.

– É imprescindível que políticas e práticas de agricultura sustentável sejam postas em prática o mais rápido possível para reverter o processo de desertificação – advertiu o reitor da Universidade das Nações Unidas (UNU), Hans Van Ginkel, que coordenou os esforços de 200 especialistas de 25 países.

O mesmo relatório aponta que a desertificação ameaça 75% das terras áridas e semi-áridas da América Latina, que constituem um quarto da superfície da região. Sugere ainda a implementação de reflorestamento

## Energia solar, reflorestamento e ecoturismo para deter desertos

.....

de terras áridas, da energia solar e do incentivo ao ecoturismo como formas de deter o avanço do deserto.

Não por acaso, 2006 foi declarado pela ONU como o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação.

Enquanto a desertificação custa à economia mundial US\$ 42 bilhões por ano, seus efeitos sociais são ainda mais devastadores. Um quinto da população mundial está sob ameaça, assegura a ONU, para a qual 135 milhões de pessoas – equivalente à população somada da França e da Alemanha – convivem com o risco de terem que emigrar



Um dos maiores exemplos do fenômeno é o mar de Aral, na Ásia, onde resta apenas solo seco

tangidas pelo fenômeno.

Por causa da desertificação, haverá migrações de habitantes das áreas rurais em níveis jamais vistos. Um relatório divulgado em junho passado pela ONU revela que até 50 milhões de pessoas terão de migrar nos próximos dez anos em decorrência da desertificação que atinge várias regiões do planeta.

### Europa se mobiliza contra o problema

Só na África subsaariana e na Ásia Central, estima-se que dezenas de milhões terão de deixar suas casas em busca de lugares menos inóspitos. Mais um pesado fardo para os países pobres e em desenvolvimento carregarem,

pois o problema afetará negativamente a capacidade agrícola e a disponibilidade de água nos países afetados.

A comunidade internacional não assiste passiva à ameaça. No final do mês passado, os 27 países da União Européia concordaram em buscar, na conferência de setembro em Madri, formas de destinar novos recursos para a luta contra a desertificação. Além disso, consideraram “essencial” que nessa conferência seja levada em consideração a relação entre pobreza e desertificação e sejam definidas as contribuições especiais que a ONU deveria fazer para combater a pobreza nos países afetados por secas graves.

## Para entender as diferenças

### Desertificação

É definida como a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e subúmidas secas resultantes de fatores diversos tais como variações climáticas ou intensa pressão exercida por atividades humanas sobre ecossistemas frágeis, alguns com solo arenoso, cuja capacidade de regeneração é baixa. Por degradação da terra se entende:

- degradação dos solos e recursos hídricos;
- degradação da vegetação e biodiversidade; e
- redução da qualidade de vida da população afetada.

### Processo de desertificação

Diz respeito à atividade predatória que irá levar à formação de desertos.

### Área de desertificação

É a área onde o fenômeno já se manifesta.

### Área propensa à desertificação

Área onde a fragilidade do ecossistema favorece o processo de instalação da desertificação.

### Deserto

Região de clima árido; a evaporação potencial é maior que a precipitação média anual. Caracteriza-se por apresentar solos ressequidos, cobertura vegetal esparsa, presença de xerófilas (plantas que são adaptadas à aridez, como os cactos) e plantas temporárias.

### Deserto específico

A desertificação já se manifesta em grau máximo.

## Você sabia?

Na América Latina (exceto Central e Caribe), no início da década de 1990, a população afetada pela degradação de terras áridas era estimada em 100 milhões de pessoas, cerca de um quarto do total, e na maior parte pobre.

O processo de desertificação coloca fora de produção cerca de 60 mil km<sup>2</sup> de terras férteis por ano. O desmatamento desenfreado e práticas erradas de uso do solo fazem com que, a cada minuto, 12 hectares de terra virem deserto no mundo.

A desertificação vem provocando fluxos migratórios para os centros urbanos, agravando problemas socioeconômicos, como a miséria, o desemprego e a pressão sobre a infra-estrutura.

Há mais de 10 milhões de refugiados ambientais, ou seja, pessoas que foram obrigadas a migrar para outros países devido à seca e à perda da fertilidade do solo.

As perdas econômicas anuais chegam a US\$ 4 bilhões, com um custo de recuperação de US\$ 10 bilhões por ano, em todo o mundo.

No Brasil, as áreas suscetíveis à desertificação (áridas, semi-áridas e subúmidas secas) encontram-se, em sua maior parte, no Nordeste e ocupam mais de 900 mil km<sup>2</sup>.

Fontes: Convenção da ONU contra a Desertificação, IICA e Ministério do Meio Ambiente

## Campanha Gaúcha cada vez mais arenosa

A transformação de um solo arenoso com uma cobertura vegetal fraca em uma área com areia sem nenhuma ou quase nenhuma cobertura vegetal pode ocorrer em poucos anos, dependendo da intensidade com que o solo seja explorado pela agricultura ou pecuária.

A região onde a degradação dos solos é mais intensa no Rio Grande do Sul está localizada no sudoeste do estado, em direção à fronteira com a Argentina e o Uruguai, nos municípios de Alegrete, Cacequi, Itaqui, Maçambará, Manuel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, São Borja, São Francisco de Assis e Unistalda.

– Na Campanha Gaúcha, esse processo se acentua devido aos solos serem arenosos, terem baixa fertilidade natural e uma vegetação rala e esparsa. Por isso, a região registra altas taxas de erosão hídrica e eólica e a peculiaridade de parecer um deserto com vastas áreas com quase nenhuma vegetação – explica Ademir Wendling, agrônomo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com mestrado em Ciência do Solo.

Ainda que a degradação se manifeste com vastas áreas de areais, estudiosos asseguram que o fenômeno que lá ocorre não é o da desertificação.

– O conceito de desertificação

não se aplica, pois as áreas desérticas são áridas e apresentam precipitação inferior a 50 milímetros anuais de chuva, sendo que a região gaúcha alcança 1.400 milímetros anuais. O termo degradação ou arenização parece mais apropriado, já que a evolução desses solos é alterada pelo homem em locais determinados, e não em grandes extensões, como se caracterizam os desertos – avalia o agrônomo gaúcho.

Embora algumas dessas áreas sejam conhecidas há muito tempo, e sem interferência humana conhecida, Wendling avalia que a maioria delas sofreu intensa atividade agrícola, com manejos inadequados que propiciaram degradação severa em áreas ainda sem processo de arenização; com isso, os areais se expandiram e atingiram grandes extensões.

Relatos históricos demonstram que a ocorrência de areais vem desde a época em que se iniciou a colonização luso-espanhola, como observado pelo médico alemão Robert Avé-Lallemant, que, em 1858, realizou uma viagem exploratória pela região.

“Em torno de nós tudo parecia branco. Crer-se-ia viajar num campo de neve. Em volta, areia pura, limpa, sem nenhuma vegetação, verdadeiro deserto africano, embora de pouca extensão”, descreveu o cientista.

### Rio Grande do Sul



## A ameaça do deserto

O sudoeste do estado é o mais atingido, nos municípios de Alegrete, Cacequi, Itaqui, Maçambará, Manuel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, São Borja, São Francisco de Assis e Unistalda.

### Nordeste

Todos os estados nordestinos enfrentam o problema, e apenas ali encontram-se áreas com a definição de “muito grave”. PIB per capita da região é um quarto do nacional.



Fontes: Ambiente Brasil, IICA e Ministério do Meio Ambiente

## COMISSÕES

# Lupi destaca combate ao trabalho escravo

O Brasil é o único país da América Latina livre de restrições da Organização Internacional do Trabalho (OIT) quanto às recomendações da instituição para o combate ao trabalho análogo ao de escravidão. A afirmação foi feita pelo ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, em audiência na quinta-feira na Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, vinculada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), destinada a avaliar as ações governamentais do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

Lupi informou que, desde 2003, ocorreram no país 15.875 libertações de pessoas submetidas a trabalho forçado. Avaliou ainda como vergonhoso o número verificado, mas considerou que o volume é modesto na comparação com o número de regularizações nas relações de trabalho no ambiente rural, de aproximadamente 2,7 milhões. O ministro disse que o combate ao trabalho escravo vem sendo feito com firmeza, com o apoio de equipes móveis que envolvem auditores e procuradores do trabalho, além de policiais federais.

A coordenadora nacional do projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT, Patrícia Audi, confirmou avanços na área, segundo ela como resultado da continuidade de políticas públicas iniciadas há 12 anos. Observou que o caso recente de maior proporção envolveu o resgate de 1.108 trabalhadores, no sul do Pará, na empresa rural Pagrisa. Patrícia pediu mais ações de prevenção à prática, além de políticas de inserção social para os trabalhadores atingidos. Defendeu,

ainda, rigor na punição de quem explora o trabalho escravo.

– É necessário colocar essas pessoas na cadeia por essa prática hedionda. É inimaginável que ainda exista um brasileiro submetido a essa condição – disse.

De acordo com Luiz Antônio de Melo, sub-procurador do Trabalho, a supressão da liberdade do trabalhador pode se caracterizar por diversos modos, seja por coação violenta, pela retenção de documentos ou porque eles são conduzidos a locais de difícil acesso, sem que saibam como lá chegaram – à noite e muitas vezes sob efeito de bebidas.

Entre todas as causas, no entanto, o sub-procurador – que também é coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, no âmbito do Ministério Público Federal (MPF) – esclareceu que a servidão por dívida é a que está mais freqüentemente associada ao trabalho escravo no país. Nesse caso, como explicou, o trabalhador não recebe pagamento em espécie, mas somente vales,

para troca por mantimentos fornecidos sempre acima dos preços de mercado.

– No final do mês, o trabalhador sempre está devendo ao contratante – explicou.

Desde 1995, com as equipes móveis, cerca de 25 mil trabalhadores foram libertados. De acordo com Luiz Antônio Melo, as operações resultaram em mais de 500 ações judiciais, com cerca de R\$ 33 milhões recolhidos dos infratores, em pagamentos diretos aos trabalhadores e multas. Mais recentemente, segundo ele, o Ministério Público vem convertendo parte das multas em medidas que envolvem obrigar os infratores a investir em serviços públicos como escolas e postos de saúde.

A carência de recursos e infraestrutura na área de fiscalização foram destacadas por Rosa Maria Campos, presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). De acordo com ela, todas as delegacias regionais do Ministério do Trabalho estão “sucateadas”. Observou, ainda, que o número de auditores é reduzido para fazer frente aos trabalhos.

**Brasil é o único país latino-americano sem restrições da OIT, diz ministro**



O ministro do Trabalho, Carlos Lupi (E), participou de audiência na qual também estiveram Geraldo Mesquita e Flávio Arns (D)

## PEC prevê desapropriação de terras

Cobranças pela aprovação da proposta de emenda à Constituição que determina a desapropriação de terras onde seja comprovada a exploração de trabalho escravo ganharam destaque em audiência promovida pela subcomissão temporária que trata do tema, na quinta-feira passada.

Organizações sociais presentes reconheceram avanços no combate ao trabalho escravo no país, mas chegaram a classificar como derrota o atraso na votação da PEC 438/01, aprovada no Senado há três anos e que hoje está na Câmara à espera de votação em segundo turno. Com a votação final da matéria, o governo não terá de pagar indenizações pelas desapropriações dessas terras.

– O que queremos é a expropriação sem nenhuma indenização, pois pagar significa conceder um prêmio ao escravocrata

moderno – defendeu Luiz Antonio de Melo, sub-procurador geral do Trabalho.

Para o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Cláudio José Montesso, a demora na aprovação da PEC indica falta de um compromisso formal do governo com a votação, já que poderia haver maior esforço para a mobilização de suas bases no Congresso.

A coordenadora de Combate ao Trabalho Escravo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Patrícia Audi, afirmou que há forte resistência à matéria por parte da bancada ruralista no Congresso.

Já o coordenador da organização não-governamental (ONG)

Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto, manifestou pessimismo com relação ao desfecho da votação caso a PEC entre em pauta. Segundo ele, a correlação de forças é desfavorável a matérias que alteram com tanta profundidade o *status quo* no setor rural.

Antes de encerrar os trabalhos, o presidente da Subcomissão do Trabalho Escravo, senador José Nery (PSOL-PA), sugeriu uma mobilização ampla de todas as

entidades atuantes na área para pressionar pela aprovação da PEC, inclusive com manifestação no Congresso. Nery foi autor da proposta para o debate no colegiado, que funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

**Proprietário que explora trabalho forçado não teria direito a indenização**



Deputado Eduardo Gomes (E), presidente de comissão sobre mudanças climáticas, ao lado do governador Eduardo Braga

## Braga expõe vantagens do programa Bolsa-Floresta

O governador do Amazonas, Eduardo Braga, informou que a primeira parcela do pagamento relativo ao programa Bolsa-Floresta será feito no final deste mês. Vão receber o benefício 2.045 famílias que prestam serviços ambientais em unidades de conservação da floresta no Amazonas. A previsão de pagamento para cada morador é de R\$ 50. O governador participou na quarta-feira de audiência da Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Braga disse que já estão cadastradas no programa 8.500 famílias e que o governo estadual pretende atingir, até dezembro de 2010, 60 mil famílias, em uma área de mais de 17 milhões de hectares no estado. O benefício, explicou, é uma compensação financeira para o serviço prestado pelas populações tradicionais e indígenas para a conservação da floresta. O programa é voltado para as populações residentes nas unidades de conservação estaduais.

O Bolsa-Floresta foi estabelecido pela Lei sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, em vigor desde junho deste ano.

Braga falou ainda sobre o Programa Zona Franca Verde, que segundo ele é combinado com as metas de sustentabilidade implantadas no estado.

– A Amazônia sofreu, por muitos anos, efeitos das políticas adotadas para seus estados, tais como as de base mineral, no Pará, e a Zona Franca de Manaus, para o Amazonas. Quarenta anos depois, percebeu-se que é preciso conciliar vários instrumentos para gerar desenvolvimento com equilíbrio ambiental – disse.

Mais de 20 milhões de pessoas vivem na Amazônia, afirmou, ao apontar desigualdades regionais no país e observar que elas só serão vencidas se forem adotadas, cada vez mais, políticas públicas de desenvolvimento regional e tecnológico.

## Jayme Campos pede verba para as Forças Armadas

Por recomendação do senador Jayme Campos (DEM-MT), a Comissão Mista de Orçamento (CMO) decidiu na quarta-feira pedir explicações ao Ministério do Planejamento sobre o que vem sendo feito para evitar as constantes reduções de verbas das Forças Armadas.

O senador examinou relatórios sigilosos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a situação da Aeronáutica, da Marinha e do Exército e informou à comissão, em sessão presidida pelo senador José Maranhão (PMDB-PB), que existem situações “verdadeiramente assustadoras” por causa dos contingenciamentos.

Como exemplo, citou que houve um momento em que “a defesa aérea do país esteve sob a responsabilidade de apenas uma dúzia” de jatos interceptadores velhos, porque os aviões Mirage tinham sido tirados de serviço, os F-5 BR não haviam sido entregues e a compra de emergência dos Mirage 2000 não estava concluída.

Jayme Campos apresentou relatório sobre os avisos do TCU e comunicou aos parlamentares

que os auditores do tribunal apontaram riscos para o sistema de defesa por causa dos contingenciamentos de verbas.

Ele alertou que “ainda estão paralisados” dois projetos de maior importância para o reaparelhamento da Força Aérea – a compra de novos jatos interceptadores (Projeto FX) e de helicópteros pesados. No caso do Projeto FX, a licitação internacional foi cancelada e o projeto está em aberto. Para contornar provisoriamente o problema, a Aeronáutica partiu para a compra de emergência de 12 Mirage 2000 usados da Força Aérea Francesa.

Conforme o senador, os baixos orçamentos da área militar e os contingenciamentos do Ministério do Planejamento têm inclusive dificultado o cumprimento da decisão do governo de aumentar a presença na Amazônia e na fronteira oeste do país. Acrescentou que as Forças Armadas se viram obrigadas a direcionar quase 20% das verbas para investimentos de natureza militar em obras civis no Programa Calha Norte.

ÉTICA DEM e PSDB entraram com nova representação contra Renan, que acusa o Grupo Abril de cometer fraudes



O presidente do Senado faz denúncia contra a Abril, que, segundo ele, teria cometido irregularidades na venda da TVA

## Venda da TVA pela Abril é fraudulenta, acusa Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, acusou o Grupo Abril, proprietário da revista *Veja*, de cometer fraudes para realizar um negócio fraudulento de quase R\$ 1 bilhão. Ele enviou ofícios à Polícia Federal, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), ao Ministério das Comunicações, à Comissão de Valores Mobiliários, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao governo e ao Parlamento da Espanha relatando irregularidades na transferência societária da concessionária TVA, do Grupo Abril, à empresa espanhola Telefônica.

Dois dias antes, Renan tinha enviado correspondência ao Ministério Público Federal alertando sobre ilegalidades no negócio. A operação envolveria 100% do controle acionário de uma operadora de televisão com transmissão por microondas em São Paulo. Incluiria a transferência à empresa espanhola de 86,7% das ações de uma operadora a cabo, a Comercial Cabo, também em São Paulo, e de 91,5% das ações da TVA Sul, com atuação no Paraná e em Santa Catarina.

– A transferência desses per-

centuais para grupos estrangeiros é ilegal, imoral e o método sub-reptício é absolutamente reprovável. Uma transação que venho combatendo e que, para satisfazer a cobiça de seus protagonistas, estava sorrateiramente sendo tocada – declarou, sublinhando que sua disposição em denunciar e combater o negócio teria motivado *Veja* a fazer “denúncias mal costuradas, apressadas, inconsistentes, inverídicas”, para desmoralizá-lo e também ao Senado.

O presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), disse que convocará representantes do Grupo Abril para explicarem o negócio. Já o senador Almeida Lima (PMDB-SE) afirmou que a *Veja* busca desestabilizar o país.

Renan reafirmou inocência e declarou ter apoio de Lula e do PMDB. E atribuiu as novas acusações a brigas regionais. No caso da Schinchariol, enviou ao Conselho de Ética documentos desmentindo as denúncias de que teria sido beneficiado pela cervejaria em troca de ajuda em processos contra a empresa.

## STF autoriza quebra de sigilos do presidente do Senado

O Supremo Tribunal Federal atendeu ao pedido do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, e autorizou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do presidente do Senado, Renan Calheiros. Para Renato Casagrande, a autorização do STF é benéfica e contribuirá para o esclarecimento do caso.

O senador Almeida Lima disse que o próprio Renan havia requerido ao Ministério Público essa investigação.

– Quinze dias antes do recesso parlamentar, Renan Calheiros, por vontade própria, requereu isso ao MP – declarou.

# Mesa decide sobre terceira representação

A representação do DEM e do PSDB contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) por quebra de decoro, com base em denúncia publicada pela revista *Veja*, será analisada pela Mesa nesta terça-feira, às 11h, conforme decisão do vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC). A matéria acusa Renan de ser dono oculto de emissoras de rádio em Alagoas, adquiridas com recursos de origem não declarada. Na representação, os presidentes dos dois partidos, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) e o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), requerem a instauração de processo por quebra de decoro parlamentar. Eles acreditam que a nova representação não atrasará o processo que já está em andamento.

O presidente do Senado declarou que as acusações são fruto de desinformação. Ao responder a acusações de que teria liberado concessões de rádio para si mesmo e para familiares, Renan lembrou que as concessões, apesar de conterem sua assinatura, são decididas pelas comissões técnicas e não têm sua interferência.

– Muitas vezes as pessoas divulgam as coisas e não prestam atenção no que fazem. O presidente do

Senado apenas despacha o expediente – disse.

Segundo a revista, Renan teria adquirido duas rádios – o que é vedado a parlamentares – por meio de “laranjas”. As emissoras valeriam R\$ 2,5 milhões. Para efetivar o negócio, em sociedade com o usineiro João Lyra, ele teria pago R\$ 1,3 milhão. Para o DEM e o PSDB, “trata-se de ato indecoroso, com potencialidade para macular a imagem do Senado”. Já o corregedor da Casa, senador Romeu Tuma (DEM-SP), afirmou que pedirá ao Ministério das Comunicações os documentos relativos à empresa JR Radiodifusão, proprietária das emissoras.

A primeira representação, protocolada pelo PSOL, baseou-se também em reportagem da *Veja*, que acusou o presidente do Senado de ter despesas pessoais pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior. Na última terça-feira, a Mesa enviou ao colegiado a segunda representação do PSOL contra o senador, para investigar denúncias de favorecimento à cervejaria Schinchariol, que teria adquirido uma empresa da família Calheiros, e suspeitas de apropriação ilegal de terras em Alagoas.



Tião Viana (C) preside a Mesa: segunda representação contra Renan foi enviada ao Conselho de Ética

## Quintanilha busca nome para relatoria

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), informou que definirá nesta semana o relator da segunda representação por indícios de quebra de decoro protocolada pelo PSOL contra Renan Calheiros. Na quinta-feira passada, Quintanilha ainda consultava os integrantes do conselho.

O PSOL solicita a abertura de novo processo para apurar as denúncias de que Renan Calheiros teria utilizado seu prestígio político para ajudar a cervejaria Schinchariol, em retribuição a um favor prestado a seu irmão, deputado federal Olavo Calheiros (PMDB-AL). A mesma represen-

tação pede esclarecimentos sobre suposta apropriação de terras.

Na terça-feira, a Mesa decidiu, por 5 votos a 2, enviar ao conselho a nova representação contra Renan. Conforme o 2º vice-presidente do Senado, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a Mesa entendeu que o artigo 14 do Regimento Interno estabelece que cabe a ela simplesmente encaminhar representações ao Conselho de Ética.

O vice-presidente do Senado, Tião Viana, presidiu a reunião e votou contra o envio da representação ao conselho. Para ele, o assunto dizia mais respeito a Olavo Calheiros.

O senador Renato Casagrande

(PSB-ES) disse que os relatores esperam receber até a sexta-feira o resultado da perícia da Polícia Federal para orientar os trabalhos do colegiado. De acordo com Casagrande, os consultores da Casa estudam sobre a conveniência de se agruparem todas as investigações num só processo.

– Acredito que o mais simples e o mais correto seria o apensamento de toda e qualquer representação no processo inicial – afirmou José Nery (PSOL-PA).

A decisão contrariou parecer do advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, para quem o conselho deve abrir apenas os processos com provas pré-constituídas.

## DEM e PSDB obstruem e pedem saída

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), anunciou que seu partido e o PSDB obstruiriam as votações em Plenário após a aprovação de mudança na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (*leia mais na página 3*). A obstrução é em protesto contra a permanência de Renan Calheiros na Presidência do Senado.

Renan, que havia discursado pouco antes para se defender das denúncias de que seria sócio oculto de rádios em Alagoas, disse lastimar a precipitação da

oposição. Declarou que Agripino talvez não agüentasse “duas semanas de acusação” acerca dos “débitos com as instituições bancárias estatais que possui”. Renan afirmou que teria dado ao líder do Democratas todo o direito de defesa, como deseja ver assegurado a ele mesmo. Em resposta, Agripino argumentou que o pedido de investigação não tem qualquer cunho pessoal.

– Se existe alguma acusação contra mim, que a deixe clara – respondeu Agripino.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) mais uma vez pediu que Renan Calheiros se afaste da Presidência do Senado para exercer seu “amplo direito de defesa”.

– Seria um belo gesto de presente à nação se prosseguisse no seu direito de fazer a defesa como senador, apeado provisoriamente da Presidência – avaliou.

Já o líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), voltou a declarar que a decisão de deixar o cargo é exclusiva de Renan Calheiros.

## Para advogado, Gim Argello não deve ser processado

O advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, disse à Rádio Senado que as acusações contra o senador Gim Argello (PTB-DF), que assumiu o mandato na vaga de Joaquim Roriz, não podem servir para que o Conselho de Ética abra processo contra ele, já que se referem a fatos ocorridos anteriormente ao exercício do mandato.

– Antes do exercício do mandato, o problema é da Justiça Eleitoral, não do Senado – afirmou, ressaltando que seu parecer é meramente opinativo e a Mesa do Senado é que decidirá.

## COMISSÕES



Marcelo Crivella (C) preside debate com Trajan Filho (E), Pinheiro da Silva, Gonçalves e Zimmerman

## Angra 3 entra em operação em 2013

O futuro da matriz energética deve incluir um papel cada vez mais importante para a energia nuclear, de acordo com os participantes do debate promovido na quinta-feira passada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Nesse cenário, a usina nuclear de Angra 3 deverá começar a operar em 2013, informou Márcio Zimmerman, secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, durante a audiência pública para discutir o Programa Energético Brasileiro.

Angra 3, afirmou o secretário, vai contribuir para o cenário futuro do setor elétrico, em que

a energia nuclear terá cada vez mais destaque, já que o potencial hidrelétrico do país estará esgotado no horizonte de 2025/2030 e é necessária uma transição da matriz hidrelétrica para a termelétrica. A conclusão de Angra 3 e a continuidade do programa nuclear vão permitir a manutenção da participação da energia nuclear na matriz energética brasileira, afirmou Zimmerman, sugerindo que é preciso iniciar os estudos de localização das futuras centrais nucleares.

Ainda de acordo com o secretário, Angra 3 será competitiva do ponto de vista econômico, comparada a outras fontes térmicas. A usina será construída na mesma área licenciada para

as usinas Angra 1 e 2, integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis (RJ).

### Reservas de urânio garantem abastecimento

Segundo Alfredo Trajan Filho, presidente da Indústrias Nucleares do Brasil (INB), as atuais reservas brasileiras de urânio são suficientes para o atendimento previsto nos próximos 30 anos pelo Plano Nacional de Energia 2030. Trajan observou ainda que o potencial adicional dessas reservas, de cerca de 800 mil toneladas, permite a inserção do Brasil entre as três maiores nações do mundo com esse produto, informou.

## No Brasil, reatores têm tecnologia segura

O diretor-presidente da Eletro nuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, que também participou do debate sobre o Programa Energético Brasileiro na CCT, assegurou que as usinas nucleares brasileiras utilizam reatores com tecnologia segura, como os que serão utilizados em Angra 3.

O tipo de reator mais seguro é o PWR, com funcionamento à base de água pressurizada, segundo Pinheiro da Silva. Esse reator, comparou o presidente da

Eletro nuclear, é completamente diferente do utilizado na usina nuclear de Chernobyl, na Rússia, onde ocorreu o mais grave acidente com vítimas em usina nuclear no mundo. O reator russo, do tipo RMBK, utiliza grafite no núcleo e o acidente decorreu da queima do grafite, com consequente aumento da temperatura, incêndio e explosão, explicou. Nesse modelo de reator não há a contenção existente nos reatores PWR, que, por sua vez, não

contêm grafite no núcleo.

– É impossível ocorrer o mesmo acidente em um reator PWR. As ONGs ambientalistas falam de Chernobyl, mas confundem a população, que não tem idéia de que há reatores diferentes. A função da nossa empresa é operar com segurança – disse.

O empreendimento de Angra 3, informou Pinheiro da Silva, vai utilizar 71% de rubricas nacionais nas áreas de engenharia, construção civil, entre outras.

### Para Augusto, alguns detratores se comportam como xiitas

A energia nuclear é limpa, ao contrário do que falam seus detratores, que criticam a retomada do programa nuclear brasileiro e a construção da usina Angra 3. Os críticos mais inflamados se comportam como verdadeiros xiitas, afirmou Augusto Botelho (PT-RR), autor do pedido de audiência pública da CCT.

Já Leomar Quintanilha (PMDB-TO) abordou o problema da segurança nas usinas nucleares, lembrando o acidente ocorrido em Chernobyl, mas avaliou que técnicos e especialistas mostraram que os riscos na construção das novas usinas são reduzidos.

## Poluição e preço do petróleo motivaram investimentos

A descoberta dos danos à camada de ozônio, o Protocolo de Kyoto e a disparada do preço do petróleo são alguns fatos que fizeram renascer, no final da década de 90, a retomada dos investimentos dos governos em programas de energia nuclear, analisou Odair Dias Gonçalves, presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen).

Gonçalves informou que existem no mundo 443 usinas nucleares em operação, distribuídas em 30 países, a maioria delas (104) nos Estados Unidos. Em seguida vem a França (59), o Japão (56) e o Reino Unido (23). O Brasil ocupa o 24º lugar, com duas usinas (Angra 1 e Angra 2). Armênia, Romênia, Eslovênia e Países Baixos ocupam o 30º lu-

gar, com apenas uma usina em operação.

Odair Gonçalves também defendeu a necessidade de diversificação da matriz energética do Brasil. Entre os possíveis argumentos para isso, ele falou dos períodos anuais de seca, que prejudicam o funcionamento das usinas hidrelétricas.

Quanto à gerência de rejeitos e estocagem de resíduos de quase todos os processos industriais, o presidente da Cnen disse que em 40 anos de operação de uma usina nuclear são produzidos cerca de mil metros cúbicos de combustível irradiado, equivalentes a uma piscina de 20x20x5 metros. Outras usinas equivalentes produzem milhões de metros cúbicos de rejeitos.

## Werthein: América Latina não prioriza educação

O diretor-executivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, Jorge Werthein, afirmou que a educação nunca foi considerada prioridade pelos países da América Latina. Ao participar de mais uma audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE) – a sétima de doze programadas – para debater a qualidade da educação e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Werthein observou que esses países nunca atingiram o pleno desenvolvimento.

O diretor apontou alguns problemas estruturais na área, a começar pela má qualidade do ensino nas escolas públicas. Ele afirmou que uma das saídas seria a inclusão do estudo das ciências desde o ensino fundamental, aliada à democratização do acesso à informação.

O presidente do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Paulo Nathanael Pereira de Souza, defendeu a manutenção do estágio do ensino médio. Para ele, o estágio não retira o emprego de um profissional, mas dá cidadania ao adolescente.

Já para o prefeito do município de Calmon (SC), João Batista de Geroni, o sucesso da educação na sua região é em razão de a administração local reservar 30% do orçamento municipal para o setor. Ele ressaltou também o bom plane-

jamento educacional em todos os níveis, além do preparo e da reciclagem dos professores.

Arthur Roquete, conselheiro da Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu), foi enfático: para se ter um ensino de qualidade e universal, é necessário priorizar a educação. Ele também sugeriu o aperfeiçoamento da educação a distância, incluindo a formação de professores.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CE, voltou a defender a criação do Ministério da Educação de Base, a partir do desmembramento do atual Ministério da Educação. Ele advertiu que, sem o fortalecimento do ensino fundamental, o país continuará a conviver com o “apagão educacional”.



Segundo Jorge Werthein, má qualidade do ensino nas escolas públicas é um dos problemas

## Pacto nacional pela educação é consenso

A construção de um pacto nacional pela educação básica foi defendida de forma consensual na audiência pública da CE. Esse pacto, segundo os participantes, deveria incluir os três níveis de governo e a sociedade civil.

– Estou muito otimista com o momento em que vivemos, pois nunca estivemos tão próximos de um consenso sobre o estabelecimento de um pacto nacional – disse o secretário-geral da Fundação Roberto Marinho, Hugo Barreto, para quem é importante que se deixe de ter uma agenda de governo para se ter uma agenda de Estado na área de educação.

A presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Maria Auxiliadora Seabra Rezende, sugeriu

que um pacto nacional deveria conter metas claras a serem alcançadas e a responsabilização dos agentes públicos.

Para que a sociedade aceite a idéia de um pacto nacional, a prioridade deveria ser o lançamento de uma campanha de comunicação em favor da educação, propôs o presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, Gabriel Mário Rodrigues.

O presidente da Fundação Bradesco, Mário Hélio de Souza Ramos, disse que a educação básica deveria ser o “foco central” de preocupação de qualquer governo. Para o deputado Paulo Renato (PSDB-SP), ex-ministro da Educação no governo FHC, a política educacional deve ter como foco principal a adoção de metas para o ensino.



Presidente da CE, Cristovam (C), ao lado de Maria Auxiliadora e Paulo Renato, defende Ministério da Educação de Base

**PLENÁRIO** Parlamentares dedicaram sessão da quarta-feira para lembrar a trajetória do político baiano



# Senado despede-se de ACM

Em sessão com 31 oradores, o Plenário homenageou o senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), falecido no dia 20 de julho. Duas vezes presidente do Senado, ACM vivenciou cinco décadas da vida pública nacional. O estilo próprio de fazer política, marcado por batalhas com seus adversários, e a dedicação à Bahia, foram destacados pelos colegas. Inauguração de um busto no Salão Negro está entre as próximas homenagens.

## “Perdemos parte da história política nacional”, diz Renan

Ao abrir a sessão em homenagem à memória de Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), o presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou o papel do político baiano em relevantes episódios dos últimos 40 anos da vida pública do país.

– Foi assim na reabertura política, na Constituinte, na reconquista da democracia, no colégio eleitoral, onde sua liderança foi decisiva para os novos ares que passamos a respirar. Seu nome marcará a história de maneira única, exclusiva. Seu filho, Antonio Carlos Júnior, seus netos e herdeiros saberão elevar ainda mais o nome deste homem público.

Renan disse que o gosto pelas

boas polêmicas e boas batalhas políticas transformaram ACM no maior ícone político da Bahia.

– Muito me honra poder ter convivido e aprendido importantes lições com Antonio Carlos. Perdemos parte da história da política nacional. Perdemos uma lenda. Perdemos um amigo.

O presidente do Senado lembrou que o empenho de ACM levou a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a aprovar dezenas de projetos para coibir a violência. Para ele, a maior homenagem será a urgente aprovação dessas medidas.

Renan disse que ordenou a confecção de um busto de ACM, que será colocado ao lado do de Afonso Arinos, no Salão Nobre.

## Sarney acha difícil lidar com ausência

Citando a frase de Euclides da Cunha “é muito perigoso lidar com a saudade”, José Sarney (PMDB-AP) disse que será difícil lidar com a ausência de ACM. Ele afirmou que sentirá ver o Plenário sem a presença do senador baiano, “sem receber aquele beijo longo que ele lançava” e que também anunciava o fim de qualquer desentendimento ocasional. Sarney frisou a “personalidade poliédrica” de ACM, que se desdobrava em chefe de família, patriota, servidor do povo, político, líder e baiano.

## “ACM é único”, diz o filho e sucessor Antonio Carlos Júnior

Último orador da homenagem a seu pai, o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) declarou que, por mais de 50 anos, ACM “deu todo seu esforço e energia pelas causas da Bahia e do Brasil”.

– Ele foi implacável na defesa de seus ideais e na defesa da Bahia – destacou.

Para ele, ACM revolucionou a gestão da prefeitura de Salvador e do governo da Bahia, revitalizou a capital e o estado com uma “maneira de governar moderna e inovadora” e gerou acelerado processo de industrialização. Antonio Carlos Júnior disse

que seu pai promoveu um “crescimento harmônico” de todas as regiões baianas, saneando as finanças públicas “quando o país nem sequer pensava em discutir a responsabilidade fiscal”.

**“Ele foi implacável na defesa de seus ideais e na defesa da Bahia”**

– Era zeloso no trato da coisa pública e um líder que sabia revelar talentos – afirmou.

O senador também lembrou a iniciativa do pai de propor a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e o chamado orçamento impositivo.

– Sua obra e seu exemplo irão perdurar com seus seguidores, mas ACM é único – concluiu.

**TIÃO VIANA** - Liderança carismática com grande visão administrativa, foi “um dos maiores vultos da história política brasileira”.

**ALOIZIO MERCADANTE** - Se destacou pela pactuação de acordos políticos para o desenvolvimento do país, como o Fundo de Combate à Pobreza, a valorização do salário mínimo e o pacote de segurança pública.

**JAYME CAMPOS** - Admirado pelos conterrâneos, de temperamento cristalino e vibrante, doce e enérgico, afável com os companheiros e duro, mas leal, com os adversários. Líder digno e firme, foi uma bússola que orientou correligionários.

**FLEXA RIBEIRO** - Carreira exitosa deveu-se a faro político “excepcional”, capaz de traçar “milimetricamente” os objetivos programados.

**EDUARDO AZEREDO** - Habilidade para transitar pelos gabinetes de vários chefes da nação, como Juscelino Kubitschek, FHC e Lula, sempre lutando pelos interesses da Bahia, com coerência a suas convicções.

**ROMEU TUMA** - Dignidade e respeito pela coisa pública e amor ao país. Tanto na Presidência do Senado como em seu gabinete, nunca deixou de ter tranquilidade na troca de idéias e na busca da solução correta.

**CÉSAR BORGES** - Por qualquer ângulo que se examine, seja o de político, de figura humana ou administrador, será sempre reconhecido como uma lenda nacional.

**PAPALÉO PAES** - Consolidou a imagem de alguém fiel a si mesmo e à Bahia. Foi “destemido e incapaz de esconder seus sentimentos”.

**MARCO MACIEL** - Foram 30 anos de amizade, sempre nos mesmos partidos. Não se tratava de um simples político: “ACM era uma instituição”, “autêntico líder”, além de corajoso e intuitivo.

**PEDRO SIMON** - Duas principais características: competência político-administrativa e capacidade de formação de novos quadros. Mesmo em lados políticos opostos, é impossível desconhecer suas qualidades.

**ARTHUR VIRGÍLIO** - Possuía um “espírito indomável”, otimista e generoso. “A oposição perdeu uma voz vigorosa.”

**VALDIR RAUPP** - Transformou a Bahia pela promoção do crescimento econômico e pela consolidação como pólo turístico. Participação na redemocratização está entre seus maiores legados.

**EDUARDO SUPLICY** - “Tive com ele, em que pesem as nossas diferenças, uma relação de respeito e amizade”. Deu grande contribuição ao apresentar a PEC que criou o Fundo de Combate e Erradicação da Miséria.

**JOSÉ AGRIPINO** - Responsável por iniciativas como o Pólo Petroquímico de Camaçari (BA), o desenvolvimento da produção de grãos no oeste baiano e a indústria automobilística do estado.

**ROMERO JUCÁ** - Figura singular que “exercia a política como oxigênio da vida”. Sempre pronto para as batalhas e guerras.

**TASSO JEREISSATI** - A paixão caracterizava tudo o que fazia. Tinha como atitude polemizar mesmo quando se tratava de um pequeno detalhe. Se o assunto merecesse sua atenção, ele o discutiria por não aceitar a mediocridade.

**ANTÔNIO CARLOS VALADARES** - Coragem ao enfrentar o Poder Judiciário com a criação da CPI para investigar o Poder, até então considerado “inatacável”. Deixou exemplo de força, coragem e destemor nas horas mais difíceis.

**CRISTOVAM BUARQUE** - Mais que um grande político, foi um grande líder. Competência tanto na oposição quanto no governo.

**GARIBALDI ALVES FILHO** - Houve poucos parlamentares melhores e muito poucos governadores mais capazes. Com “fascínio, carisma e feitiço baiano, foi o melhor em tudo o que realizou”.

**JARBAS VASCONCELOS** - Sua determinação e paixão devem servir de exemplo para todos. Trajetória marcada pelo espírito público e pela liderança. Foi referência na formação de gestores públicos.

**HERÁCLITO FORTES** - Perdoava seus inimigos, mas não os inimigos da Bahia. Levou a seu estado desenvolvimento e emprego. Deixa sua digital nos corredores do Congresso: apaixonado e destemido.

**FRANCISCO DORNELLES** - Atuação polêmica, movida pela paixão. Quando se trata de um gigante, a morte fecha um ciclo que confere sua verdadeira dimensão.

**SÉRGIO GUERRA** - O Brasil está mais pobre. “Está fazendo falta a sua palavra insubordinada e afirmativa, que muitas vezes era justa, mas, em outras, injusta”. Gostava quando se irritava e dizia o que tinha na cabeça. “Prefiro a contradição dos que pensam livremente à coerência elementar dos oportunistas que se dobram ao primeiro governante de esquina.”

**MÃO SANTA** - Político “imbatível, vencedor e justo”. “Conheci os seus dois lados. Ele foi ao Piauí e me combateu duro. Duro! E eu também. Combateu o bom combate. Travamos grande amizade. Apreendi com ele”. Atuou em defesa da Bahia e do Nordeste, recebendo em troca a gratidão e o reconhecimento da população da região. Foi consagrado pelos baianos.

**RENATO CASAGRANDE** - Embora em campo político oposto, reconhece-o como liderança que fez a história do país. Viveu com intensidade e participou dos fatos nacionais.

**MAGNO MALTA** - Manifestou admiração a ACM, de quem sua mãe, baiana, foi eleitora. O Fundo de Combate à Pobreza e a relação com os pobres da Bahia são suas maiores marcas.

**INÁCIO ARRUDA** - Era “o sentimento da sua casa, do seu bairro, da sua vila, da sua comunidade”, presente também em Tolstoi, que o transformava em gigante da política nacional.

**MARCELO CRIVELLA** - “O amor à Bahia e a sua gente o faz eterno”, pois, após a perda do filho, Luís Eduardo, viu em ACM como se morre antes do sepultamento.

**EXPEDITO JÚNIOR** - Quer que o edifício-sede do Programa Interlegis, inaugurado por ACM em 1997, tenha o nome de Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães.

**PLENÁRIO** Educação, trabalho, economia e mudanças no Regimento Interno foram alguns dos temas abordados

# Cristovam: “Já é hora de todos se cansarem”

O movimento “Cansei”, encabeçado pela seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi considerado como positivo, mas insuficiente por Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador disse que é bom que um grupo de brasileiros esteja “saindo da letargia e do silêncio”, mas sugeriu que os brasileiros mais carentes deveriam também “se cansar” e protestar.

As entidades que promovem o movimento afirmam que a população está cansada, entre outras coisas, “do caos aéreo, do governo paralelo dos traficantes, das crianças nas ruas, dos empresários corruptores, das balas perdidas, de tanta corrupção e de não fazer nada”.

Cristovam parabenizou o “Cansei” e disse que participará do minuto de silêncio em homenagem ao Brasil que o movimento pretende fazer no próximo dia 17 – quando o acidente com o avião da TAM que explodiu no Aeroporto de Congonhas (SP) completa um mês. Ele considerou, no entanto, o movimento “pequeno, uma vez que o cansaço é só com



Cristovam sugere que movimento “Cansei”, da OAB-SP, seja encampado também pela população mais carente

problemas que atingem os que têm privilégios”.

Para o senador, é preciso cansar também do caos no transporte público brasileiro, das escolas mal-aparelhadas, das filas nos hospitais. Ele acredita que as mães das crianças pobres deveriam exigir mais qualidade nas escolas.

– Não é só em aeroporto que a gente espera, é em parada de ônibus também, debaixo de sol e chuva, com assalto. Cansem dessa história de que escola é restaurante-mirim. Estou can-

sado da falta de cansaço de uma parcela da população. Não pensemos que daqui do Congresso Nacional, sozinhos, vamos conseguir mudar tudo – salientou.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) defendeu a necessidade do acesso de todos os brasileiros ao ensino médio e de mudanças nas responsabilidades do Ministério da Educação. Adelmir Santana (DEM-DF) observou que o país tem uma dívida social imensa na área da educação e que a população não tem consciência de seus direitos constitucionais.

## Durval: Plenário pode afastar membro da Mesa

Um projeto de resolução que dá ao Plenário poderes para decidir sobre o afastamento de membro da Mesa do Senado, caso o Conselho de Ética receba denúncia contra ele, foi apresentado por João Durval (PDT-BA).

Ainda segundo o projeto (PRS 40/07), o senador que estiver sendo processado judicialmente por improbidade administrativa, crime contra a administração pública ou infração correlata não poderá ser membro titular ou suplente do Conselho de Ética e, caso já esteja no cargo, deverá encaminhar renúncia à Mesa em até 72 horas após sua citação.

– Isso proporcionará a retomada, por parte desta Casa Legislativa, de conceitos primordiais para o seu bom funcionamento e que têm sido duramente atingidos nos últimos tempos: respeitabilidade e confiabilidade

– afirmou João Durval em discurso na última sexta-feira.

O senador frisou que a falta de princípios éticos e morais, acompanhada de “atroz individualismo, é um fenômeno universal que, em certa medida, nivela países pobres e ricos”.

– A crise política também se globalizou, acompanhando o processo de mundialização da economia – explicou.

No caso específico do Brasil, João Durval disse que, embora o país tenha avançado rapidamente em vários aspectos nas últimas seis ou sete décadas, ainda não foi capaz de colocar suas instituições plenamente a serviço da coletividade, de fazer da representação política o instrumento efetivo da presença popular – e não apenas de segmentos organizados da sociedade – na condução do Estado.

## A CIA reconhece que o Brasil está a caminho de ser um país rico, diz Sibá

“A agência de inteligência americana, CIA, reconheceu, em relatório, que o Brasil será, dentro de menos de duas décadas, um país rico, equilibrado e com democracia sólida”, afirmou Sibá Machado (PT-AC).

– O Brasil não quer uma guerra imperialista. Não vamos fazer com ninguém aquilo que foi feito conosco durante tantos anos – disse o senador, referindo-se ao passado colonial e, depois, à “subserviência do Brasil aos Estados Unidos e a países da Europa”. Sibá ainda destacou o papel do governo Lula na mudança do perfil de distribuição de renda.

Em aparte, Cristovam Buarque disse que o presidente Lula conseguiu combinar democracia, estabilidade e crescimento.

## Nery destaca resultados contra o trabalho escravo

Mais de 25 mil pessoas que trabalhavam em regime de escravidão no país ganharam a liberdade desde 1995, devido à ação de equipes da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e do serviço de inspeção do Ministério do Trabalho e Emprego, informou José Nery (PSOL-PA).

No total, 1.789 propriedades rurais passaram por fiscalização no período. O senador informou também que, atualmente, o cadastro de empregadores infratores – que ficou conhecido como “Lista Suja” – conta com 178 nomes, incluindo os que foram retirados provisoriamente do cadastro por decisão judicial.

A Corporação Financeira Internacional (IFC) do Banco Mundial utiliza a “Lista Suja” do trabalho escravo como um dos critérios para orientar suas relações com empresas brasileiras, informou Nery.

O senador disse que a OIT reconheceu, este ano, ser o Brasil um dos primeiros países do mundo a assumir internacionalmente a existência de trabalho escravo e o que mais tem avançado no sentido de erradicar essa prática.

José Nery ainda homenageou em seu discurso a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, que completou 30 anos em 8 de agosto.

## Gilvam quer continuidade de ações pela educação

A visita que o ministro da Educação, Fernando Haddad, fez ao Amapá na semana passada para lançar o Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE) foi comentada por Gilvam Borges (PMDB-AP).

O senador destacou a necessidade de colaboração entre União, estados e municípios para que as ações previstas no plano se concretizem e tenham continuidade nos governos subsequentes.

Gilvam registrou que, na visita ao Amapá, o ministro enfatizou que o PDE é um pacto entre os entes federados, e não entre governos.

– Não podemos ter as iniciativas suspensas a cada dois ou quatro anos, com a troca do ministério ou das secretarias estaduais e municipais. Daí a importância dos planos municipais e estaduais de educação – ressaltou o senador, lembrando que desde 1970 seu estado não recebia a visita de um ministro da Educação.

Além do governo do estado, anunciou Gilvam, cinco prefeituras do Amapá receberam recursos federais, para serem investidos em áreas como infra-estrutura e saúde: Macapá, Laranjal do Jari, Porto Grande, Santana e Cutias.

## Para Mão Santa, CPMF desestimula crescimento

Se o presidente Lula quiser entrar para a história, de acordo com Mão Santa (PMDB-PI), deve diminuir o número de impostos pagos pelos brasileiros. De acordo com o senador, os cidadãos pagam hoje 76 impostos.

Mão Santa sugeriu ainda que o governo não prorrogue a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A renovação está em exame no Congresso.

O senador afirmou que, caso a contribuição fosse efetivamente usada na saúde – objetivo para o qual ela foi criada em 1996

–, votaria a favor da prorrogação, mas, observou, a CPMF “desestimula o crescimento econômico, reduz a base de arrecadação dos demais tributos e inibe o investimento”. Além disso, opinou, essa contribuição pesa mais no bolso dos pobres do que no dos ricos.

– Os brasileiros trabalham cinco meses para pagar impostos e um mês para pagar juros de bancos. Queremos que o governo nos devolva esses impostos em segurança, saúde, educação, felicidade e prosperidade – disse Mão Santa.

## Sessão especial homenageia ex-presidente da CNA

Sessão especial na última terça-feira homenageou a memória do engenheiro agrônomo Antônio Ernesto Werna de Salvo, que ocupava a presidência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) quando faleceu, em 29 de julho.

Presentes à sessão, realizada por requerimento de Marconi Perillo (PSDB-GO), estavam o governador de Mato Grosso,

Blairo Maggi; o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Leonardo Vilela; membros da CNA e familiares do homenageado.

Marconi afirmou que, “nos 17 anos de Antônio de Salvo à frente da CNA, foram materializadas muitas das reivindicações dos pecuaristas e dos agricultores, hoje responsáveis por 33% do nosso produto interno bruto”.



Arthur Virgílio (D) faz discurso em homenagem à memória de Antônio de Salvo



## Voz do Leitor

## MORADIA

“Solicito que as autoridades deste país tenham mais responsabilidade nas questões da moradia. Hoje são milhões de pessoas que estão em situação desumana. Solicito também uma melhor divulgação das publicações do Senado e de todo material informativo, investindo na comunicação legislativa desta Casa.”  
**Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)**

## EMENDAS

“Sugiro um projeto de lei que obrigue os bancos a comunicarem ao Congresso Nacional, no prazo de 24 horas, sobre recursos que tenham sido provenientes de emendas parlamentares.”  
**Francisco Wagnery Alves Mendes, de Ipiranga do Piauí (PI)**

## DOAÇÃO DE SANGUE

“Como presidente da Hemovida, entidade de voluntários que visa mobilizar a sociedade brasileira em torno do aumento expressivo da oferta voluntária de sangue nos hemocentros e/ou unidades de coleta e transfusão nos estados e municípios, peço o apoio do Senado junto ao governo federal, ao Ministério da Saúde, principalmente pela integração das coordenações estaduais como a Hemominas, Hemogoiás, Hemomat e outras. A nossa relação com o governo e o Senado Federal poderá em muito contribuir nas campanhas e programas de mobilização social do projeto com participação da sociedade civil.”  
**Dercy de Sousa Alves, de Bom Sucesso (MG)**

## TELEFONIA

“Sou favorável ao PLS 91/04, que veda a cobrança da assinatura básica pelas

prestadoras de serviço telefônico. A cobrança impede a popularização da telefonia no país e contribui para que milhares de famílias carentes fiquem inadimplentes junto às operadoras de telefonia.”  
**Fábio Pereira da Silva, de Chonin de Cima (MG)**

## LUTO

“Enquanto o Brasil está de luto e famílias enterram seus mortos, dois funcionários do alto escalão do Palácio do Planalto fazem gestos obscenos ao saberem que a culpa do acidente pode não ser do governo. Será que essa isenção de culpa pode ser comemorada? Em qualquer país sério, esses gestos dariam demissão sumária.”  
**Flávio Tavares, de Marechal Hermes (RJ)**

## PRIORIDADE

“Sugiro aos nossos parlamentares do Senado Federal um projeto de lei que beneficie com prioridade de atendimento nos programas de habitação popular os cidadãos portadores de doenças crônicas como a Aids.”  
**Célio Borba, de Curitiba (PR)**

## EXPLORAÇÃO SEXUAL

“Ando perplexo e indignado com a falta de punições exemplares aos acusados de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, envolvendo inclusive estrangeiros, e a brandura das leis sobre o assunto. Sugiro leis mais rigorosas, criando a possibilidade de que o acusado, além da privação de liberdade, deva optar entre a castração ou a prisão perpétua, pelos imensos traumas irreparáveis que causou às vítimas e às famílias.”  
**Luiz Mendes Cordeiro, de Barbacena (MG)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

## Pergunte ao Senador

## COMISSÕES DE INQUÉRITO

**Dennys e Silva Mayer, de Sumé (PB)**

“Por que as CPIs não dão certo quando pessoas famosas e com poder aquisitivo estão envolvidas?”

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) responde:



Eu não posso concordar com a sua afirmação, Dennys. O que você está colocando é semelhante àquela afirmativa de que só vão para a cadeia os ladrões de galinha, enquanto os indivíduos que cometem os chamados crimes de colarinho-branco ficam impunes. Você manifesta desconfiança e descrédito em relação às CPIs, ao questionar um trabalho difícil que temos procurado cumprir no Congresso Nacional. Na verdade, as CPIs têm investigado não apenas as pessoas com menor poder aquisitivo, mas também muitas pessoas com maior poder aquisitivo, político e econômico que são arroladas nas denúncias que chegam ao Parlamento. Eu, por exemplo, fui relator da CPI dos Bingos, e na lista que apresentamos foram 79 pedidos de indiciamento. E foram investigados inclusive ministros do governo. Dessa forma, Dennys, eu acredito que está havendo um esforço muito grande para que possamos levantar a verdade e punir os responsáveis, e peço o seu voto de confiança.

## Agora é lei

## Capes qualifica professores do básico

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, teve as suas atribuições ampliadas com a Lei 11.502/07, publicada no Diário Oficial do dia 12 de julho.

A partir de agora, a Capes, além de ser responsável pela formulação de políticas públicas para a formação de pesquisadores e docentes do ensino superior, cuidará da qualificação de professores do ensino básico.

O objetivo das mudanças estabelecidas na nova lei é oferecer maior integração entre a educação superior e a educação básica na formação de pessoal docente, em todos os níveis, e maior produtividade no uso dos recursos destinados a cada segmento educacional.

Caberá à Capes debater, no nível mais alto de excelência, políticas de formação inicial e continuada, assim como o desenvolvimento de metodologias educacionais inovadoras, visando à qualificação de recursos humanos para a educação básica. Esse trabalho será realizado em regime de colaboração com estados e municípios.

A lei prevê que os participantes de cursos de capacitação para o exercício das funções de formadores, preparadores e supervisores dos cursos deverão ter, no mínimo, nível superior e experiência de um ano no magistério. Ou estarem vinculados a curso de mestrado ou doutorado.

O valor fixado para a bolsa é de até R\$ 900. O governo federal garantirá à Capes, por meio do Ministério da Educação, investimentos superiores a R\$ 1 bilhão para possibilitar os avanços esperados na qualificação dos professores de educação básica.

## Frases

“O Brasil enlameou o seu perfil com relação ao tratamento de estrangeiros no país”

**Heráclito Fortes**, sobre a deportação dos boxeadores cubanos Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara.

“Agora começo a entender os motivos das denúncias malcosturadas, apressadas, ilógicas, inconsistentes, inverídicas. A gana em me linchar com mentiras, leviandades, perseguições e, repito até ficar rouco, uma campanha persecutória sem provas”

**Renan Calheiros**, ao acusar o Grupo Abril de praticar fraudes na venda da TVA a estrangeiros.

“O melhor que ele poderia fazer era deixar a Presidência para se defender e lutar por seus direitos”

**Tasso Jereissati**, sobre o senador Renan Calheiros.

“O direito de defesa e a presunção de inocência têm que ser preservados. O processo de investigação está em curso, não está sendo obstruído e já saiu do Senado. Permanecer ou não na Presidência é prerrogativa dele”

**Ideli Salvatti**, sobre as pressões contra Renan Calheiros.

“Há crime organizado na Infraero”

**Demostenes Torres**, sobre irregularidades em obras da Infraero em seis estados.

“Os xiitas ficam colocando a energia nuclear como um bicho-de-sete-cabeças, coisa que não é”

**Augusto Botelho**, defendendo a construção de Angra 3.

“Seria hora de esses bancos devolverem à sociedade o que ela deu a eles num momento difícil”

**Marcelo Crivella**, referindo-se ao Proer, que evitou a falência de bancos no início do Plano Real.

“O mal é cometido burocraticamente”

**Cristovam Buarque**, para quem os brasileiros estariam sendo omissos em relação à corrupção e deveriam “se cansar de tudo isso”.

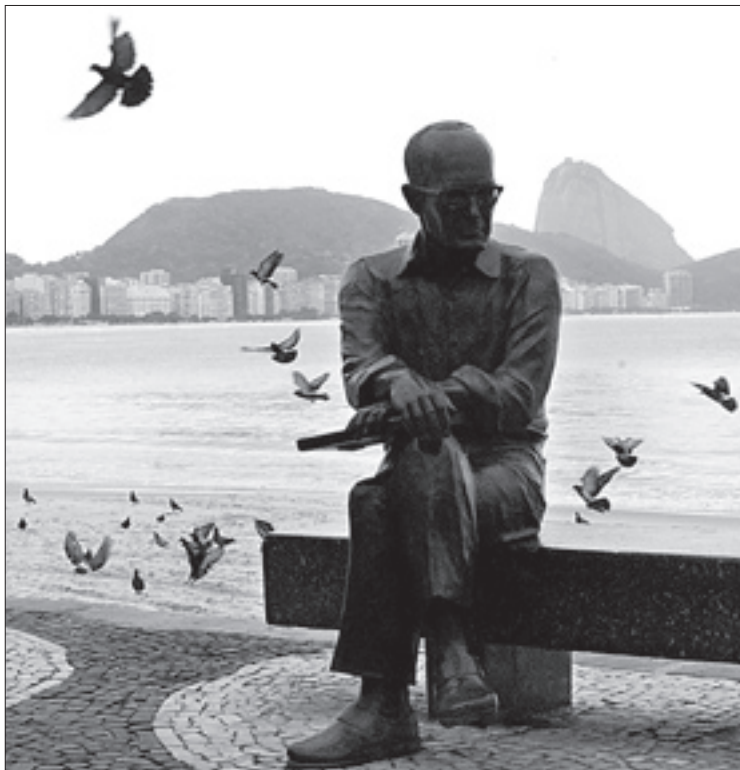
## Foto da Semana

A imagem de Antonio Carlos Magalhães ficou projetada em telão durante as seis horas da sessão em que 31 oradores prestaram homenagem em Plenário ao senador baiano, morto em 20 de julho. O presidente do Senado, Renan Calheiros, dirigiu a solenidade ao lado da viúva Arlete Magalhães, do filho e sucessor Antonio Carlos Júnior e do vice-governador do Distrito Federal, Paulo Octávio



LEOPOLDO SILVA

ANA CAROLINA FERNANDES/FOLHA IMAGEM



Estátua de Carlos Drummond de Andrade, em banco no calçadão da praia de Copacabana, onde ele costumava ficar olhando o mar

# Programa homenageia Drummond de Andrade

Na semana em que se completam 20 anos da morte do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, autor de *E agora José*, *Poema de sete faces* e *No meio do caminho*, entre outros, é o homenageado do programa *Arquivo Aberto*, que a Rádio Senado leva ao ar nesta segunda-feira, às 11h30 (com reprises na quarta-feira, às 20h; na sexta às 16h; no sábado às 9h30; e no

domingo às 14h).

O programa apresenta trechos de documentário produzido pela TV Senado por ocasião do centenário de Drummond, em 2002. Naquele ano, transformado em Ano Nacional Carlos Drummond de Andrade, o Senado realizou uma sessão de homenagem ao poeta, com a participação de vários senadores, entre eles o acadêmico José Sarney.

## O velho, sobre Prestes, estréia na TV Senado

A TV Senado estréia (dia 18, às 21h, e dia 19, às 15h30 e 21h) o documentário *O velho - A história de Luís Carlos Prestes*, dirigido por Toni Venturi, dividido em quatro partes.

*O velho* atravessa quase 70 anos da história contemporânea nacional, focalizando temas como a Revolta Comunista de 1935, Olga Benário, o acordo com Getúlio Vargas em 1946 e o posicionamento diante do golpe de 1964.

A Coluna da Esperança - chamada hoje de Coluna

Prestes - deu início ao mito. Contra o governo da época, Arthur Bernardes, a marcha durou dois anos, de 1925 a 1927 e percorreu mais de 25 mil quilômetros.

Toni Venturi colheu depoimentos de políticos, historiadores, escritores, jornalistas, ex-membros do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, amigos e familiares de Prestes. O resultado é um painel bastante abrangente e complexo da trajetória da esquerda brasileira.

## Rádio debate mudanças no Supersimples

O Senado aprovou na terça-feira projeto que muda as regras do chamado Supersimples. A proposta simplifica os impostos pagos por micro e pequenas empresas. Seis tributos federais, o ICMS (estadual) e o ISS (municipal) serão unificados e poderão ser pagos por meio de um documento único.

Além dessas mudanças, que benefícios as novas regras trazem aos micro e pequenos empresários? E como as empresas podem aderir ao programa? Essas e outras questões serão debatidas na *Conexão Senado* desta segunda-feira, às 12h, pela Rádio Senado.

## Pesquisador fala de preservação de sítios arqueológicos

A preservação dos sítios arqueológicos submersos é o tema do *Senado Ciência*, transmitido pela Rádio Senado às 8h30 desta quarta-feira.

Em entrevista, o arqueólogo e pesquisador Gilson Rambelli, do Centro de Estudos de Arqueologia Náutica e Subaquática da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), afirma que os sítios arqueológicos submersos em rios e no litoral devem ser preservados como patrimônio de todos os brasileiros. Projeto para proteger essas áreas está em análise na Câmara e deve chegar em breve ao Senado.

### Rádio Senado

#### TODOS OS DIAS

6h - Matinas  
7h55 - Cidadania Dia-a-dia  
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

#### DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais  
7h10 - Música e Informação  
8h - Senado Notícias  
8h30 - Plenário em Destaque  
19h - Voz do Brasil  
19h30 - Jornal do Senado  
20h - Música e Informação  
21h - Crônicas Musicais (reprise)  
21h10 - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
24h - Música e Informação

#### DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

#### DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias

#### SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação  
9h30 - Música e Informação  
21h - 180 Anos do Senado  
22h - Música e Informação

#### SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo  
10h - Senado Notícias (reprise)  
11h - Senado Resumo (reprise)  
12h - Conexão Senado  
13h40 - Senado Notícias  
23h - Brasil Regional (reprise)

#### TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

#### QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

#### QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

#### SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)  
12h - Música e Informação  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Música e Informação  
18h - Senado Resumo  
20h - Reportagem Especial  
23h - Improviso Jazz (reprise)

#### SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira  
9h - Prosa e Verso  
10h - Especial (reprise)  
11h - Música Erudita  
12h - Senado Resumo (reprise)  
13h40 - Música e Informação  
15h - Autores e Livros  
16h - Música do Brasil  
17h - Música e Informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Senado Resumo (reprise)  
20h - Escala Brasileira

#### DOMINGO

8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
11h - Música do Brasil  
15h - Música Erudita (reprise)  
16h - Prosa e Verso  
17h - Reportagem Especial (reprise)  
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)  
20h - Jazz & Tal

### Como sintonizar

**FM**  
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas  
**ONDAS CURTAS**  
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG  
**INTERNET**  
No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player  
**ANTENA PARABÓLICA**  
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

### TV Senado

#### SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras  
1h30 - Conversa de músico  
2h - Especiais  
3h - Inclusão/Diplomacia  
4h - Cidadania Debate  
5h - Cidadania Entrevista  
5h30 - Parlamento Brasil  
6h - Cidadania Debate  
7h - Leituras  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Diplomacia/Inclusão  
9h - Parlamento Brasil  
9h30 - Alô Senado  
10h - Especial/Comissões  
12h - Cidadania Entrevista  
12h30 - Direto do Cafezinho  
13h - Cidadania Debate  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 - Senado Agora  
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

#### TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania  
5h30 - Alô Senado ou Leituras  
6h - Cidadania Debate  
7h - Direto do Cafezinho  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Direto do Cafezinho  
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
8h30 - Direto do Cafezinho  
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
9h - Direto do Cafezinho  
9h30 - Comissões (ao vivo)  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 - Senado Agora  
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado Federal

#### SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania  
5h30 - Parlamento Brasil  
6h - Cidadania Debate  
7h - Direto do Cafezinho  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Direto do Cafezinho  
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
8h30 - Direto do Cafezinho  
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
9h - Plenário (ao vivo)  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Comissões (inéditas ou reapresentação)  
18h45 - Direto do Cafezinho  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado Federal  
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

#### SÁBADO

1h - Cidadania Debate  
2h - Leituras  
2h30 - Inclusão  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Alô Senado  
4h15 - Eco Senado  
4h30 - De coração  
5h - Conversa de Músico  
6h - Cidadania Debate  
7h - Alô Senado  
7h15 - Eco Senado  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - De coração  
8h30 - TV Brasil Internacional  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Inclusão  
12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Alô Senado  
13h15 - Eco Senado  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Conversa de Músico  
15h30 - Especial  
16h30 - Especial  
17h30 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Alô Senado  
20h - Leituras  
20h30 - Especial  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Especial  
22h30 - Diplomacia  
23h30 - De coração  
24h - Espaço Cultural

#### DOMINGO

1h - Cidadania Debate  
2h - Alô Senado  
2h15 - Eco Senado  
2h30 - Inclusão  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Leituras  
4h30 - De coração  
5h - Conversa de Músico  
6h - Cidadania Debate  
7h - TV Brasil Internacional  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Leituras  
8h30 - De coração  
9h - Inclusão  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Alô Senado  
11h15 - Eco Senado  
11h30 - Especial  
12h - Brasil Eleitor  
12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Espaço Cultural  
15h30 - Especial  
16h30 - Inclusão  
17h30 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Conversa de Músico  
20h30 - Leituras  
21h - Especial  
22h - Especial  
23h - Parlamento Brasil  
23h30 - De coração  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### Como sintonizar

#### TV A CABO

NET, TVA e Video Cabo

#### TV POR ASSINATURA

Sky (canal 96), Directv (217) e Tecsats (17)

#### UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

#### ANTENA PARABÓLICA

##### Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

##### Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s  
FEC - 3/4

## RESENHA

## A comissão que definiu os limites da nova capital

ALEXANDRE GUIMARÃES

A interiorização da capital brasileira foi idealizada inicialmente pelo Marquês de Pombal, no século 18. Os inconfindentes mineiros a tinham entre suas metas. Contudo, foi a primeira Constituição republicana que estabeleceu, em seu artigo 3º, a demarcação de uma área no Planalto Central, onde se fixaria a futura capital.

No mesmo ano de 1891, constituía-se uma comissão para a delimitação da área, chefiada pelo astrônomo Luiz Cruls, então diretor do Observatório Nacional. O local escolhido para o início dos trabalhos foi a nascente de três dos principais rios brasileiros: o Tocantins, o São Francisco e o Paraná.

Os trabalhos em campo ocorreriam no ano seguinte. No entanto, somente em 1894 foi apresentado o Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil ou *Relatório Cruls*, obra republicada como volume 22 das Edições do Senado Federal.



REPRODUÇÃO

Cruls não só oferece toda a descrição topográfica e hidrográfica da região, mas também vai além, defendendo a interiorização: "Julgamos desnecessário insistir nas vantagens que, para o desenvolvimento e progresso futuro do país, hão de indubitavelmente resultar na realização desse projeto, ora submetido à deliberação definitiva dos representantes da nação". A única crítica que o autor aceita é a da distância, mas afirma: "Será sempre possível construir-se uma estrada de ferro, cujo traçado no seu desenvolvimento total (...) terá no máximo

1.200 quilômetros".

O *Relatório Cruls* se mostra documento precioso sobre a história do país e, em particular, de Brasília. Contudo, a leitura aprofundada de seu texto e dos sub-relatórios anexos nos leva a uma questão: quanto de nossos rios, em especial, já foram destruídos? As descrições hidrográficas apresentadas não correspondem à realidade atual. Vale a pesquisa para tentar saber o que nos restou.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *Relatório Cruls, de Luiz Cruls, volume 22 das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 25. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.*

## SENADO

## TV digital poderá ter curso de pós-graduação

O diretor-geral do Senado Federal, Agaciel da Silva Maia, anunciou durante a cerimônia de abertura do curso de extensão Impactos e Tecnologia da TV Digital, no Interlegis, que o Senado estuda a possibilidade de oferecer pós-graduação para aprofundar o tema.

Para ele, o curso iniciado na segunda-feira passada é apenas uma introdução, com o objetivo de "dar uma visão inicial" do novo cenário que agora se impõe na TV brasileira.

Promovido pela Universidade do Legislativo (Unilegis), Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs) e Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), em parceria com o Departamento de Engenharia Elétrica da Uni-



MOREIRA-MARIZ

James Gama (E), Vânia Maione, Agaciel Maia, Denise Zoghbi e Humberto Júnior: capacitação de servidores para nova realidade

versidade de Brasília (UnB), o curso foi preparado para qualificar administradores, técnicos, operadores e jornalistas para a nova realidade de transmissão televisiva. Segundo o diretor da TV

Senado, James Gama, a iniciativa é inédita e pretende "nivelar o corpo técnico" do Senado acerca das questões que envolvem a TV digital. O curso continua nas próximas duas semanas.

## ILB prepara seminário sobre o Legislativo

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), ambos do Senado Federal, e o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, receberão até o dia 17 de agosto propostas de trabalhos a serem apresentados no Seminário Internacional Estudos sobre o Legislativo, que ocorrerá entre 18 e 20 de setembro em Brasília. O evento é uma parceria entre o Senado, a Câmara e a Universidade de Brasília (UnB).

Os trabalhos serão apresentados na sessão intitulada "Pesquisa Institucional no Legislativo", aberta à comunidade de estudiosos dos órgãos acadêmicos das casas legislativas federais, estaduais e municipais.

O Seminário Internacional Estudos sobre o Legislativo visa contribuir para o aprofundamento da discussão sobre o Poder Legislativo em torno de temas como democracia, cultura política, organização e funcionamento, representação, participação, reforma política e comunicação.

O evento reunirá especialistas nacionais e internacionais nos campos acadêmico, governamental e da sociedade civil.

Serão escolhidos dez trabalhos que atendam às seguintes linhas de pesquisa: organização e funcionamento do Parlamento; fiscalização e controle da administração pública; cidadania e práticas democráticas de representação e participação política; orçamento público; relações com os demais Poderes e outras instituições; e Estado, governo e direito constitucional.

## Arquivo aberto



Em 13 de agosto de 1937, há 70 anos, foi fundada a União Nacional de Estudantes (UNE), durante o I Congresso Nacional dos Estudantes. Em 26 de março de 2003, o senador Antônio Carlos Valadares disse que "é bastante importante para a democracia brasileira a efetiva participação dos jovens estudantes na esfera política". Na foto de Célio Azevedo, publicada no *Jornal do Senado* em 30 de maio de 2001, representantes da UNE durante manifestação pelas eleições diretas em 1984.

Há 20 anos — Em 17 de agosto de 1987, morreu Carlos Drummond de Andrade, jornalista e escritor. No documentário *Drummond, poeta de um vasto mundo*, produzido pela TV Senado, o escritor Ítalo Moricone diz: "A obra de Drummond pontua cada momento da vida, então você tem na obra de Drummond uma transposição poética dos dramas por ele vivenciados". Já em 31 de outubro de 2002, em sessão dedicada a comemorar o centenário de nascimento do poeta, o senador José Sarney se emocionou ao afirmar que é leitor e devoto de Drummond: "A partir da convivência com sua poesia, tinha a impressão de que estava praticando um ato de devoção a quase um deus, porque já se tem dito — e eu mesmo, muitas vezes, repeti — que a poesia é uma arte de Deus, é uma obra de criação".

Em 19 de agosto de 1987, um grupo de constituintes do PMDB, do PFL, do PDS e do PTB formou o Centro Democrático, ou "Centrão", que agrupou a maioria parlamentar de apoio às causas mais conservadoras e conseguiu influir decisivamente no resultado de votações importantes. Foi "grupo majoritário na Constituinte e promoveu várias alterações no capítulo Da Ordem Econômica, durante o processo de votação da nova Constituição", como lembrou o senador Lúcio Alcântara em discurso do dia 29 de janeiro de 1996.

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior  
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.  
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado  
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br  
E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Educação: participação da família é fundamental

Dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) apontam que, em 2003, apenas 6,9% dos estudantes do terceiro ano alcançaram um estágio adequado no aprendizado de matemática, enquanto 6,5% estavam na faixa "muito crítica". Segundo estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 30 países, um dos fatores responsáveis pelo baixo desempenho acadêmico dos estudantes brasileiros é a pouca participação dos pais na vida escolar dos fi-

lhos. De acordo com o trabalho, existe uma relação direta entre a participação da família e os bons resultados escolares. Os estudantes de países asiáticos como Japão e Coreia do Sul, por exemplo, onde as mães chegam a fazer cursos para ajudar os filhos, estão entre os melhores do mundo.

Veja nesta edição os conselhos dos especialistas sobre como ajudar nos deveres escolares e se relacionar com a escola para que o estudante adquira responsabilidade, autoconfiança e bom desempenho escolar.

## Respeito e visão crítica na relação com a escola

Na relação com a escola, esteja seguro da escolha que fez e dê espaço para a equipe trabalhar. Demonstre respeito tanto pelo sistema escolar quanto pelo professor: acusações verbais podem gerar em seu filho sentimentos contrários à escola e dar-lhe um pretexto para não se esforçar.

Quando não estiver de acordo com uma decisão ou política da escola, procure o responsável para ouvir as razões e expressar sua insatisfação. Ainda assim, estimule seu filho a obedecer as regras.

Pergunte diariamente, mas

não obrigue seu filho a falar como foi na aula. Lembre-se que é na escola que a criança começa a aprender a viver por conta própria; esse é o primeiro espaço privativo da criança e precisa ser respeitado.

Atenda aos convites da escola, participe das atividades propostas. Busque o diálogo com professores e coordenadores pedagógicos, informe-se sobre eventuais problemas e sobre o comportamento do seu filho. Isso será de extrema importância na hora de conversar com ele e de tomar decisões.



Estimular o interesse das crianças pela leitura é missão a ser compartilhada entre a escola e os pais

## Responsabilidade pelo desempenho é do aluno

Assumir a responsabilidade pelos deveres de casa ajuda as crianças a crescerem e a se tornarem adultos responsáveis que cumprem promessas, respeitam limites e triunfam no trabalho. As crianças responsáveis lembram-se de seus compromissos e terminam a tempo os deveres de casa. Podem pedir ajuda, mas geralmente gostam de resolver os problemas por si mesmas.

Para responsabilizar a criança é preciso primeiro retirar a responsabilidade dos pais pela tarefa. Como o objetivo do de-

ver de casa é ensinar o aluno a trabalhar por conta própria, os pais precisam dizer ao filho que o dever é um assunto entre ele e a professora, que ele é responsável pelo seus êxitos e fracassos na escola. Não se deve perguntar se ele tem dever de casa ou ajudá-lo, a menos que ele peça e, ainda assim, apenas indicando o caminho, sem fornecer as respostas. É fundamental, ainda, permitir que a escola aplique as penalidades previstas: a criança deve aprender a ser responsável por suas tarefas escolares por meio

da experiência pessoal.

Dessa forma, é preciso evitar lembrar o filho da necessidade de fazer o dever – lembrá-lo repetidamente revela falta de confiança e pode promover a rebeldia, assim como críticas, sermões e ameaças. O aprendizado é um processo de auto-realização e, se a pressão funciona de alguma forma, é temporária. Este é um campo que pertence à criança e por isso os pais não podem responsabilizar-se pelo processo, apesar de desejarem que seus filhos sejam bem-sucedidos.

## Atenção, disciplina e incentivo ajudam no dever de casa

Além de considerar o computador, a TV e as brincadeiras atividades mais prazerosas, a criança também pode preferir brincar porque acha o dever muito difícil. Assim, é preciso agir em duas frentes: organizar e limitar, de forma razoável, clara e dialogada, o período de tempo para as brincadeiras, e ajudar a fazer com que o dever e o estudo sejam tarefas agradáveis. A motivação pode vir do desejo de agradar (o professor e os pais) ou de ser admirado pelos colegas, de divertir-se aprendendo coisas etc. Motivar, no entanto, não é sinônimo de pressionar. A criança pode ver a pressão como uma ameaça à sua independência. Quanto maior a pressão, maior a resistência. Veja as recomendações dos especialistas:

**1• Incentive a aprendizagem** e a responsabilidade desde a pré-escola – escute atentamente e estimule seu filho a pensar por si mesmo. Leve-o à biblioteca, ao cinema, ao teatro e leia regu-

larmente para ele.

**2• Mostre o seu interesse** – observe e comente positivamente o dever de casa, os livros que ele está lendo.

**3• Ofereça incentivos** pelo trabalho escolar melhorado.

**4• Ajude-o a freqüentar a escola** regularmente, sem faltas e atrasos injustificáveis.

**5• Converse muito** e sempre com os professores do seu filho – exponha as dificuldades com o dever, auxilie a identificar problemas.

**6• Estabeleça uma rotina** organizada, mas sem sobrecarga (veja mais na edição de 6 de agosto).

**7• Esclareça quais direitos** são adquiridos com o bom desempenho escolar, compreendendo notas, deveres, relacionamento e comportamento na escola (uso do computador para diversão, televisão, passeios com amigos, mesada, uso do telefone etc.).

**8. Não imponha um tempo** para estudar – isso é desnecessário e

pode ser percebido como pressão ou falta de confiança. Aceite a palavra dele de que a tarefa está pronta sem revisá-la. Se perceber que ele está confuso ou paralisado, ajude-o a organizar-se para fazer os trabalhos longos e/ou em grupo.

**9• Não contrate aulas** particulares, exceto em circunstâncias especiais – peça à professora que envie comunicados para sua casa indicando o tema em que seu filho esteja precisando de ajuda. Assim você não estará assumindo a responsabilidade e, tão logo seu filho tenha atingido as metas da professora, retire-se do papel de tutor.

**10• Peça ajuda** – problemas de aprendizado que interferem em habilidades básicas (como a leitura) demandam cuidados especiais. Se você tiver preocupações a respeito da capacidade de aprendizado de seu filho, discuta isso com a professora, procure psicólogos e médicos especializados.

### Saiba mais

Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (Unesco)  
Setor de Autarquias Sul, quadra 5, bloco H

Ed. CNPq/Ibict/Unesco, 9º andar  
Brasília (DF) - CEP 70070-914  
(61) 2106-3500 - Fax 3322-4261  
[www.unesco.org.br](http://www.unesco.org.br)

Ministério da Educação  
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)  
Biblioteca Virtual de Educação  
[bve.cibec.inep.gov.br](http://bve.cibec.inep.gov.br)

